

Brasil Colônia II

Colégio Naval 2020

Autor:
Prof. Alê Lopes e Marco Túlio
Aula 01

09 de janeiro, 2020

Sumário

1. Introdução	3
2. O Brasil além do açúcar	3
2.1. As drogas do sertão e a ocupação da região amazônica	5
2.2. A pecuária e interiorização do Brasil	6
2.3. A expansão territorial e o achamento de ouro	7
3. A atividade mineradora	10
3.1. A sociedade do ouro	11
3.2. Consequências e crise da exploração do ouro	15
12. Tratados e fronteiras	16
4. O fim do sistema colonial e as revoltas no Império português.....	19
A Revolta de Beckman (1684).....	21
Guerra dos Emboabas (1707-1709).....	22
Guerra dos Mascates (1710-1711)	22
Revolta de Vila Rica (1720)	23
4.1. A Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.....	24
A Inconfidência Mineira (1789)	24
A Conjuração Baiana (1798)	26
9. Lista de Exercícios	27
9.1. Colégio Naval	27
9.2. EsFCEx – Questões desafiadoras.....	36
10 Gabarito	38
11. Lista de Exercícios comentada.....	39
11.1. Colégio Naval	39
11.2. EsFCEx – Questões desafiadoras.....	55
12. Considerações finais	58
13. Referências	59



1. Introdução

Olá pessoal!

Sejam bem-vindos a mais uma aula do nosso curso de História para o Concurso do Colégio Naval! Continuaremos os nossos estudos sobre o período colonial, focando nos seguintes pontos:

- ❑ **Atividades econômicas do período colonial:** Já falamos da produção açucareira no Nordeste, então daremos uma olhada em outras culturas agrícolas e na pecuária desenvolvida na América Portuguesa.
- ❑ **Expansão territorial:** É importante que você se atente aos principais elementos que contribuíram para o processo de interiorização da Colônia!
- ❑ **A mineração:** Atenção para as principais características da extração aurífera, bem como para a sociedade que se formou em seu entorno.
- ❑ **Tratados e limites:** Boa parte da nossa configuração territorial foi definida a partir da ratificação de acordos com outros países. Devido a isso, é importante que saibamos cada um deles.
- ❑ **Sedições e Inconfidências:** Também falaremos das revoltas nativistas e separatistas do período colonial! Fique atento às suas causas e consequências.

Pronto para começar? Então bons estudos!

Prof. Marco Túlio.

2. O Brasil além do açúcar

Embora a atividade açucareira ocupasse o eixo econômico da América Portuguesa entre os séculos XVI e XVII, isso não impediu o surgimento de outras culturas agrícolas e atividades econômicas. Embora a Coroa buscasse a prevalência do pacto colonial, ou seja, que o Brasil comercializasse apenas com sua metrópole, houve um comércio direto com regiões que não faziam parte do Império Português, como Angola, Costa da Mina, Moçambique, Goa, Macau e mesmo a região do Rio da Prata, na porção sul do continente americano.

Pequenos e grandes proprietários se dedicaram a **produção de alimentos para o abastecimento interno da Colônia**, tais como o milho, o feijão e o arroz. A mandioca, cultivada pelos indígenas antes da colonização, foi assimilada pelos portugueses e servia para a alimentação dos escravizados. Ao constatar seu intenso consumo no Brasil, o padre Anchieta exclamou a célebre frase: *“O pão da terra é de raízes de mandioca”*¹.



¹ AGUIAR, P. Mandioca: pão do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 166).





Veja o relato do Frei Vicente do Salvador sobre a importância da mandioca no período colonial:

É o Brasil mais abastado de mantimentos que quantas terras há no mundo, porque nele se dão os mantimentos de todas as outras. Dá-se trigo em S. Vicente em muita quantidade [...]. Dá-se também em todo o Brasil muito arroz [...] e muito milho [...]. Dão-se muitos inhames grandes [...] e outros mais pequenos, e muitas batatas, as quais plantadas uma só vez sempre fica a terra inçada destas. Mas o ordinário e principal mantimento do Brasil é o que se faz da mandioca, que são umas raízes maiores que nabos e de admirável propriedade, porque se as comem cruas, ou assadas são mortífera peçonha, mas raladas, espremidas e desfeitas em farinha fazem delas uns bolos delgados, que cozem em uma bacia, ou alguidar, e se chamam beijus, que é muito bom mantimento, e de fácil digestão, ou cozem a mesma farinha mexendo-a na bacia como confeitos, e esta se a torram bem, dura mais que os beijus, e por isso é chamada farinha de guerra, porque os índios a levam quando vão a guerra longe de suas casas, e os marinheiros fazem dela sua matalotagem daqui para o reino.

Frei Vicente do Salvador. História do Brasil: 1500-1607. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 68-69.

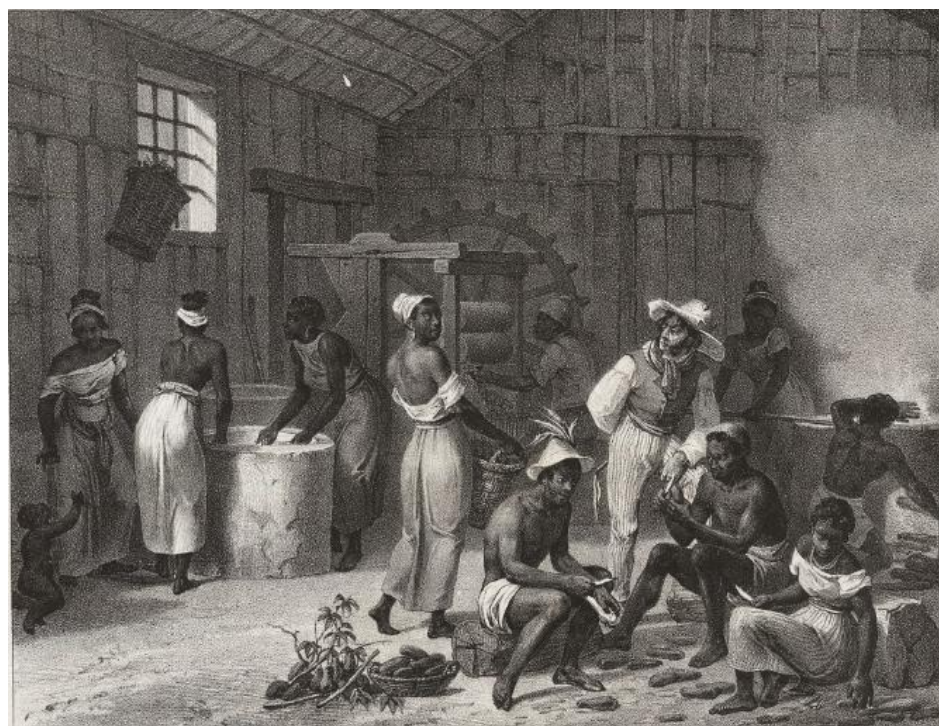


Figura 1 - Preparação de farinha de mandioca, por Johann Moritz Rugendas, 1835. Fonte: Biblioteca Nacional.

Outro importante produto na economia colonial era o **tabaco**, cultivado principalmente na Bahia para a fabricação de **fumo**. Assim como a cachaça, este produto foi muito utilizado como **moeda de troca no tráfico de escravos no Atlântico**, mas também passou a ser exportado para a Europa quando o hábito de fumar se difundiu no continente.

No Maranhão, o **algodão** foi amplamente cultivado. Inicialmente, sua produção era voltada para a confecção de roupas para os cativos, enquanto as elites coloniais adquiriam roupas e tecidos da Europa. Contudo, com a emergência da Revolução Industrial na Inglaterra, o algodão passou a ser um dos mais importantes itens de exportação do Brasil.

2.1. As drogas do sertão e a ocupação da região amazônica

A região amazônica foi alvo de interesses de portugueses, ingleses, franceses e holandeses. Em 1616, os primeiros trataram de firmar sua presença na área fundando o Forte do Presépio, onde futuramente seria criada a cidade de Belém, atual estado do Pará. Diversas expedições militares foram organizadas para combater as invasões, que com o passar do tempo, foram se transformando em aldeamentos que contribuíram para a ocupação da Amazônia.

Ao organizarem expedições pelo Amazonas, os portugueses se depararam com diversas espécies vegetais com alto valor no mercado europeu, tais como o cravo, a baunilha, o cacau, o anil, a castanha-do-pará e o urucum. Elas ficaram conhecidas como **drogas do sertão**, e foram exploradas pela Coroa por meio de concessão de incentivos e privilégios fiscais e da mão de obra indígena. Com isso, podemos considerá-las “especiarias da América Portuguesa”.



Figura 2 - O guaraná, uma das drogas do sertão. Fonte: Fundep/UFMG.

Outro fator que estimulou o povoamento da região amazônica foi a **fundação de aldeamentos indígenas**. Por volta de 1740, cerca de 50 mil ameríndios habitavam os aldeamentos amazônicos, tutelados por ordenações jesuíticas e franciscanas. Essas comunidades eram criadas para catequizar indígenas e ensiná-los ofícios manuais, mas era frequente o uso de mão de obra dos nativos para explorar as lucrativas drogas do sertão.



Figura 3 - Mapa das missões jesuíticas e fortificações militares da região amazônica.



2.2. A pecuária e interiorização do Brasil

O gado bovino foi introduzido no Brasil em 1534, a partir da expedição de Martim Afonso de Souza, na capitania de São Vicente. Aos poucos, rebanhos passaram a ser criados nos engenhos, afinal o boi era a força motriz para os trapiches, além de realizar o transporte da produção açucareira. Sua carne servia como alimento, enquanto o couro era utilizado na confecção de utensílios e de peças de vestuário. Com isso, tratava-se de uma atividade voltada ao **mercado interno** da Colônia.

A destruição de lavouras pelos animais levou a Coroa portuguesa, por meio da Carta Régia de 1701, a proibir a criação de gado em uma área de dez léguas da costa, o que resguardava os interesses econômicos dos senhores de engenho. Partindo principalmente das capitanias da Bahia e Pernambuco, os currais se deslocaram até a região agreste, para em seguida ganhar o sertão. Este deslocamento se deu margeando os rios, o que levou alguns deles a alcançarem a região do Maranhão, enquanto outros partiram rumo a Minas Gerais, guiando-se pelo Rio São Francisco.

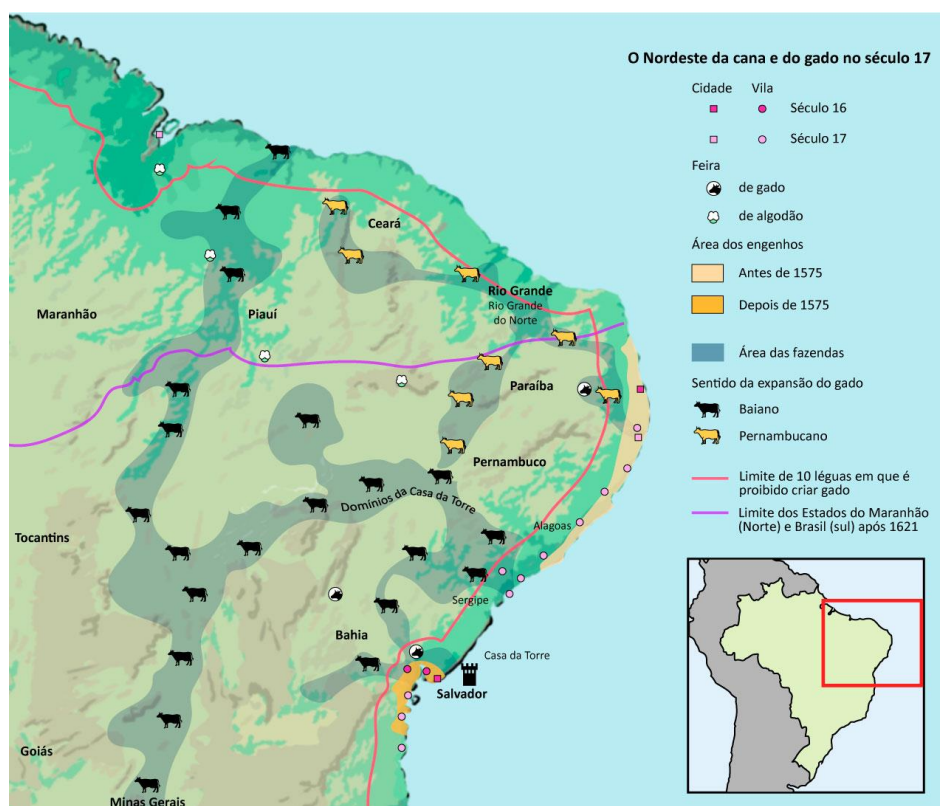


Figura 4 - A expansão da pecuária no século XVII.

Diferentemente da atividade açucareira, a pecuária não exigia um grande contingente de trabalhadores ou vultuosos recursos financeiros. Geralmente as áreas de criação, denominadas de currais, empregavam em média uma dúzia de **homens livres**, os chamados vaqueiros. Eles recebiam seu pagamento em gado, um boi a cada quatro criadas durante cinco anos. Além disso, a pecuária era extensiva, ou seja, o gado era criado solto em largos espaços de pastagem.

Ao **sul da colônia**, a paisagem dos pampas também se mostrou favorável à criação de bovinos, o que fez a região se consolidar como criadora de gado para o abastecimento de outras regiões.

2.3. A expansão territorial e o achamento de ouro

A partir do século XVII, foram organizadas expedições patrocinadas por particulares, as chamadas **bandeiras**. A maioria delas partia da capitania de São Vicente, onde o cenário de grande miséria motivava homens a se embrenharem para o interior em busca de rendimentos. Seu número de componentes era bastante variável: algumas delas possuíam de 15 a 20 homens, enquanto outras chegaram a reunir centenas de participantes.

Podemos destacar pelo menos três tipos de bandeiras:

- ❑ **Bandeiras de apresamento** → organizadas para a captura de indígenas, para então comercializá-los como escravizados. Durante a União Ibérica (1580-1640), os holandeses conquistaram portos portugueses utilizados para a aquisição de cativos na África, o que comprometeu seu fornecimento para o Brasil. Diante disso, a demanda por “negros da terra” (indígenas) aumentou exponencialmente, levando paulistas a organizarem expedições para apresá-los no interior do território. Muitos aldeamentos jesuíticos foram atacados para se obter indígenas.
- ❑ **Sertanismo de Contrato** → Tendo como ponto de partida principalmente os centros urbanos do Nordeste açucareiro, essas expedições eram contratadas por senhores de engenho para atuarem na contenção de rebeliões indígenas ou pra capturar escravos fugidos, incluindo aquilombados. A expedição de Domingos Jorge Velho, destruidora do Quilombo dos Palmares, é um exemplo de sertanismo de contrato.
- ❑ **Bandeiras de prospecção** → Com a decadência da produção açucareira, o governo português passou a estimular a organização de expedições para o interior para a procura de riquezas mineiras, oferecendo em troca títulos, direitos de exploração e perdão de dívidas.



Figura 5 - Bandeirantes combatendo índios botocudos no interior de São Paulo, por Jean Baptiste-Debret, 1827.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Em 1690, a Coroa portuguesa começou a negociar as vantagens oferecidas para os bandeirantes paulistas que se embrenhassem pelas matas em busca de riquezas minerais pelo seu soberano. Honras, mercês e a posse dos achados foram garantidas pela metrópole, além do direito de explorar a mão de obra indígena capturada pelo caminho. Só aí o ouro apareceu: em 1682, o bandeirante **Borba Gato** encontrou uma quantidade satisfatória do mineral em Sabará, atual Minas Gerais.

A notícia do **achamento de ouro** rapidamente se espalhou, atraindo uma multidão de fiscadores que buscavam abandonar a miséria. Contudo, a produção dos pequenos roçados de mandioca e outros alimentos foram insuficientes para a grande quantidade de pessoas que chegava na região das Minas, culminando em um quadro devastador. Nas palavras do padre Antonil, os mineiros “*morriam de fome com as mãos cheias de ouro*”, restando aqueles sobreviventes se alimentarem do que podiam, incluindo cães, gatos e ratos, pequenos répteis e até vermes.

Para Coroa, que só foi oficialmente comunicada do achado em 1697, o desafio era conter as rotas que levavam ouro clandestinamente para a Europa, sem passar pelo fisco da metrópole. Para piorar, pessoas vindas de todas as partes da América Portuguesa e da metrópole percorriam longas distâncias em busca do enriquecimento rápido, o que levou a Coroa a restringir a saída de súditos de Portugal em 1720. Contudo, pelo menos 600 mil lusitanos chegaram na região das Minas.

Principais bandeiras de prospecção:

- **1674:** Bandeira de Fernão Dias Pais → Iniciada em São Paulo, se dirigiu para interior da região de Minas Gerais, mas após sete anos de buscas, só encontrou turmalinas, pedra semelhante a uma esmeralda.
- **1693:** Antônio Rodrigo Arzão → Foi a primeira a descobrir ouro em Minas Gerais.
- **1719:** Pascoal Moreira Cabral → Descobriu ouro em Mato Grosso.
- **1725:** Bartolomeu Bueno da Silva → Descobriu ouro em Goiás.

Monções: As expedições fluviais

Muitas pessoas migraram para o interior do Brasil em busca de enriquecimento fácil. Com isso, surgiram “bandeiras de comércio”, com o objetivo de abastecer as regiões povoadas com víveres, roupas e outros bens essenciais, além de servir de meios de comunicação e transporte.

Denominadas de monções, elas se iniciavam nas cidades de Porto Feliz e Itu, se utilizando do rio Tietê para alcançar, em cinco meses, as minas de Cuiabá. Elas partiam na época das cheias dos rios, quando eles se tornavam mais navegáveis, com o intuito de diminuir os riscos da viagem.





Figura 6 - A partida da monção, óleo sobre tela de Almeida Júnior, 1897.

ATENÇÃO
DECORE!



Em 1627, Frei Vicente do Salvador, primeiro historiador do Brasil, observou que os domínios portugueses permaneciam quase intocáveis no sertão, enquanto seus conquistadores se contentavam em permanecer, como caranguejos, arranhando ao longo do mar. Contudo, vimos que diversos elementos contribuíram para o **processo de interiorização da Colônia**, ou seja, para que se desse a ocupação do interior da América Portuguesa. Relembre cada um deles:

- ❑ **Exploradores em expedições militares** → Criadas para expulsar incursões estrangeiras, contribuíram para a fundação de povoadamentos nos locais onde eram erguidas fortificações.
- ❑ **Bandeirantes** → Ao se dirigirem para o interior, essas expedições contribuíram para a formação de vilarejos, que serviam para abastecer os bandeirantes.
- ❑ **Reduções jesuíticas** → Ao buscarem catequizar os indígenas, os jesuítas fundaram aldeamentos no interior do Brasil. Alguns deles se localizavam em regiões estratégicas para o Império português, pois garantiam o afastamento de franceses e espanhóis.
- ❑ **Pecuária** → Após serem forçados a se deslocar para o interior, os criadores de gado margearam os rios com seus rebanhos, promovendo a ocupação de regiões que até então não haviam sido colonizadas.

(COTRIM, 2016, p. 329)



3. A atividade mineradora

A descoberta das minas na América Portuguesa demandou a organização de um rígido aparato administrativo, pois na lógica do **Antigo Regime**², todas as riquezas coloniais pertenciam à Coroa. Em 1702 foi criada a **Intendência das Minas**, principal órgão de controle da exploração aurífera e que respondia diretamente ao Conselho Ultramarino.

Eram atribuições do intendente (ou superintendente) das minas:



- Repartição das jazidas de ouro em lotes, denominados de **datas**. O descobridor da jazida tinha direito a duas delas, enquanto uma era tida como da Coroa. As demais eram sorteadas entre aqueles que se candidatassem para a exploração, tendo direito a datas maiores aqueles que dispusessem de mais escravos;
- Fiscalização da atividade mineradora;
- Julgamento de casos relativos à exploração do ouro;
- Tributação pela exploração das jazidas: os mineradores deveriam pagar o **quinto**, tributo que correspondia a um quinto (20%) de qualquer quantidade extraída do metal.

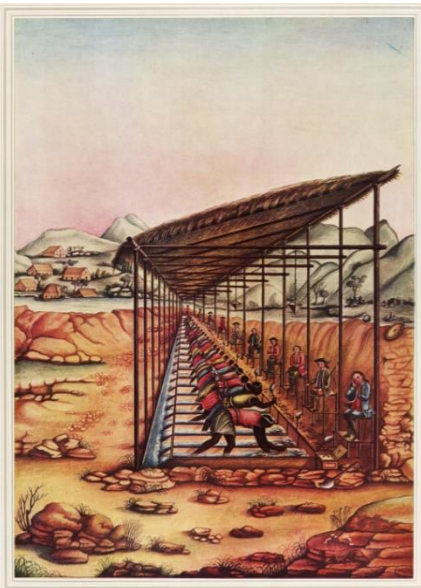
Já a **capitação**, que cobrava dos mineradores um valor por cada escravo utilizado na atividade mineradora, foi implementado e suspenso em algumas ocasiões, pois forçava o pagamento de tributos mesmo quando não era encontrado ouro. Além disso, o imposto também se estendia para outras atividades econômicas que envolvessem escravos na região das minas, como transporte e hospedaria.

A Coroa também tentou implantar a **finta**, que forçava o pagamento de 30 arrobas de ouro anuais pela população das minas, mas este sistema foi revogado.

Para lidar com todas essas atividades, a Intendência contava com o apoio da figura do **guarda-mor**, diretamente responsável pela repartição das datas e pela aplicação do Regimento³ que regulamentava a exploração das jazidas.

A circulação do ouro em pó e em pepita na região das minas logo se tornou um problema para as autoridades da Colônia. Para evitar o contrabando e a sonegação de impostos, foram criadas, em 1720, as **Casas de Fundição**, encarregadas de fundir e transformar em barras todo o ouro encontrado pelos exploradores. A partir daí, o quinto passou a ser deduzido automaticamente nesses espaços, enquanto o restante recebia um selo que comprovava o pagamento do imposto e o liberava para comercialização.

Figura 7 - Lavagem do cascalho por escravos no Serro Frio, por Carlos Julião, séc. XVIII. Fonte: Biblioteca Virtual da Câmara dos Deputados.



² Sistema político e social baseado no poder absolutista do Rei e em privilégios garantidos ao clero e à nobreza.

³ Seu nome completo era Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados para Minas de Ouro.



A fiscalização foi ainda mais severa no Arraial do Tijuco⁴, região onde foram descobertas jazidas de diamantes a partir de 1729. O sistema de tributação da pedra foi semelhante ao do ouro até 1740, quando passou a ser adotado o **regime de concessão e contrato**, que conferia direito de exploração para um único **contratador**, desde que ele entregasse parte do produto extraído. Os primeiros contratadores foram João Fernandes de Oliveira e Felisberto Caldeira Brant.

CURIOSIDADE



O mito Xica da Silva

Uma história que desperta fascínio até os dias atuais é a da escrava Xica da Silva. Em 1753, ela foi comprada pelo contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, mas foi alforriada no mesmo ano e passou a viver maritalmente com ele. O casal teve 13 filhos, todos reconhecidos pelo contratador e herdeiros de sua fortuna. A riqueza de Xica da Silva a possibilitou ter acesso a irmandades frequentadas só por brancos, além de lhe garantir acesso à educação e a possibilidade de gerir suas próprias finanças.

Em 1771, o regime de concessão e contrato foi substituído pela Real Extração, que afirmava o monopólio da Coroa na exploração das jazidas diamantíferas. A circulação de pessoas foi limitada no Distrito Diamantino, cuja administração ficou a cargo do **Intendente dos Diamantes**. Seus poderes na região eram quase absolutos, pois tinha direito de confiscar bens e até condenar pessoas acusadas de cometer crimes.

Segundo estimativas, entre 1730 e 1830 foram extraídos aproximadamente 160 quilos de diamantes na região da capitania de Minas Gerais. Cabe destacar que apesar do clima de terror implementado pela administração colonial no Distrito Diamantino, parte desta produção também foi contrabandeada para fora da região.

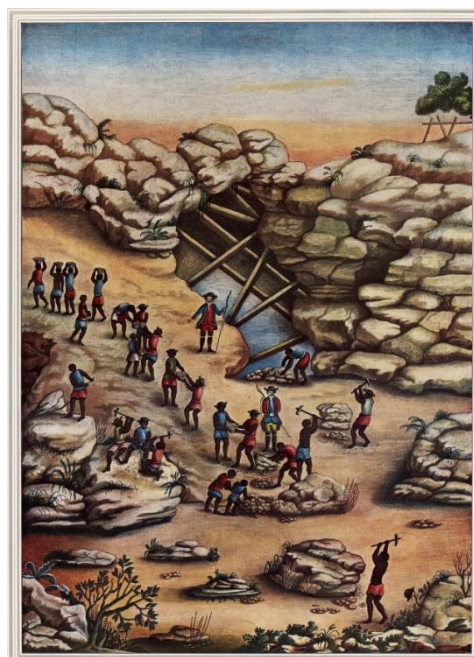


Figura 8 - Extração de diamantes, por Carlos Julião, c. 1776.
Fonte: Biblioteca Virtual da Câmara dos Deputados.

3.1. A sociedade do ouro

A atividade aurífera estimulou a formação de diversos **núcleos urbanos** nas áreas de exploração, tais como Vila Real de Sabará, Congonhas do Campo, Ribeirão do Carmo⁵ e São-João-Del-Rei. Vila Rica de Ouro Preto, que chega a se tornar capital de Minas Gerais, chegou a ser a cidade mais populosa da América Latina, com cerca de 40 mil habitantes em 1730.

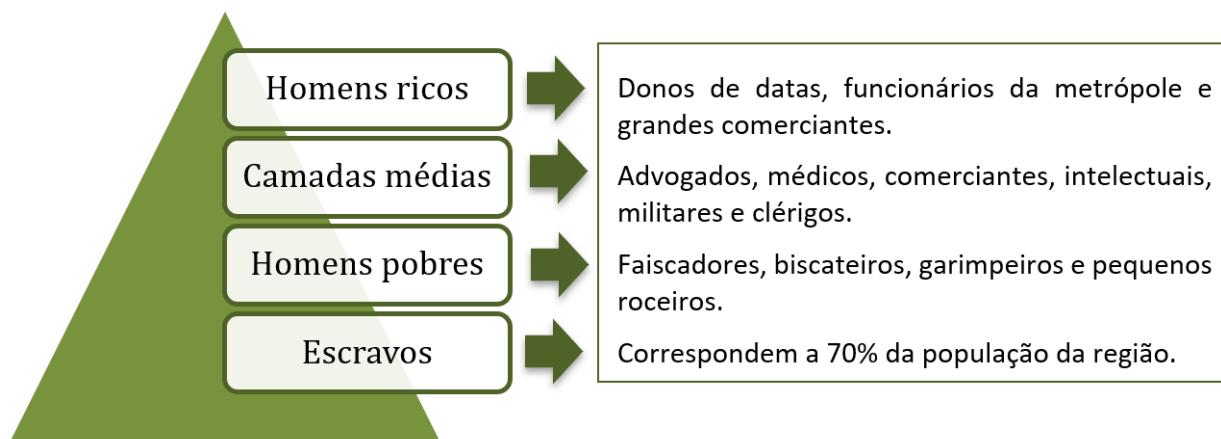
Uma restrita parcela de homens livres (donos de datas, grandes comerciantes e funcionários da Coroa) ocupava posições de destaque na sociedade do ouro, que como veremos a seguir, foi marcada pelo signo da **pobreza**.

⁴ Atual cidade mineira de Diamantina.

⁵ Posteriormente, a vila ficou conhecida como Mariana.



As vilas da região mineradora também contavam com uma **camada intermediária**, composta por médicos, advogados, clérigos, militares e comerciantes. Já a grande maioria dos homens livres vivia a margem da riqueza extraída dos leitos dos rios, obtendo seu sustento como biscateiro, faisgador, roceiro, garimpeiro e pequeno roceiro. Cabe destacar que a **atividade aurífera foi baseada no trabalho escravo**, de maneira que 70% da população da região das minas era composta por cativos.



PRESTE MAIS
ATENÇÃO!



- Você saberia explicar o que foram as datás?
- Quais eram as atribuições do Intendente das Minas?
- O que era o quinto? E a capitação?
- Você saberia dizer o papel das Casas de Contratação para evitar a sonegação e o contrabando do ouro? Elas foram eficazes em seu intento?

Embora poucos se enriquecessem com a exploração metais e pedras preciosas, outras atividades econômicas permitiram a existência de alguma **mobilidade social** nas Minas, sobretudo daqueles comerciantes que se dedicaram ao abastecimento da região com alimentos produtos vindos do exterior.

Outras características também merecem destaque. Trata-se de uma sociedade **fortemente miscigenada**, onde homens livres e escravizados se cruzavam por toda parte nos espaços urbanos. Ela concentra o maior número de **libertos** de toda colônia, o que mostra ser mais recorrente o número de **alforrias** na região das Minas que na sociedade açucareira.

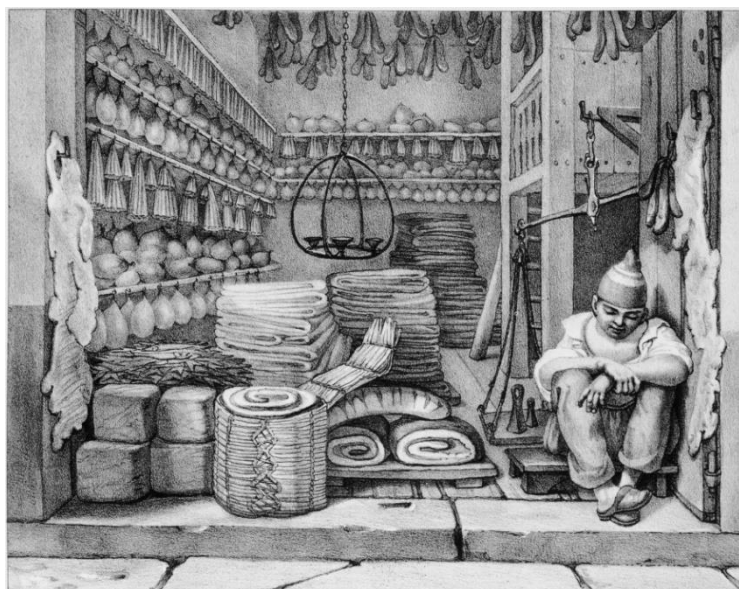


Figura 9 - Armazém de carne seca, litogravura de Jean-Baptiste Debret, 1835. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.



Era comum que muitas cativas que executavam atividades domésticas fossem também **escravas de ganho**, ou seja, se dedicassem à venda de mercadorias nas ruas. Os lucros obtidos eram repassados aos seus senhores, mas parte poderia ser mantida por ela, o que lhe permitia acumular para comprar sua própria alforria – ou seja, a sua liberdade. Estes casos, no entanto, eram raros, sendo mais recorrente a libertação de escravizados por motivos econômicos, especialmente no momento de crise da atividade mineradora.



Figura 10 - Escravizadas na região das Minas. Gravura de Francisco Julião, sec. XVIII.
Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

O ouro adornava as Igrejas e financiava o luxo da vida de grandes senhores, mas a riqueza era algo quase impossível para a maioria dos habitantes da região das Minas. Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza (2004), a sociedade mineradora era marcada pelo **“falso fausto”**, ou seja, embora poucos realmente desfrutassem dos valiosos minerais extraídos da terra e dos rios, prevalecia a visão equivocada de que a riqueza era partilhada por todos. Para a autora, essa “riqueza enganadora” era reforçada pelas próprias autoridades coloniais, a fim de que mantivessem seu principal objetivo: proporcionar o acúmulo de recursos pela metrópole.

Um dos aspectos da sociedade mineradora que merece destaque é a criação das **irmandades leigas**, ou seja, que não eram compostas por clérigos. As ordens religiosas foram expulsas da região das Minas em 1709, o que fez surgir diversas irmandades e confrarias devotas a algum santo, pelo qual construíam Igrejas, organizavam festas religiosas e procissões, além de se dedicarem a atividades assistencialistas. Podemos dizer que elas se dedicavam à organização da vida social e religiosa na colônia, sendo, portanto, importantes instrumentos de construção de laços de sociabilidade entre seus membros.

Algumas dessas associações eram formadas exclusivamente por escravos e mestiços, onde era possível a expressão de sua cultura e religiosidade. No entanto, a permissividade das autoridades metropolitanas em relação às manifestações religiosas dos cativos não era um ato de bondade, mas uma forma de enquadrá-los em uma lógica de vigilância constante. Sendo a população da região das Minas majoritariamente composta por escravos, era melhor para as autoridades administrativas e religiosas que eles e os “desclassificados”, como eram chamados os homens pobres, fossem devidamente registrados.

O Barroco mineiro

O estilo barroco se desenvolveu de maneira plena no Brasil durante o século XVIII, quando a maioria dos artistas europeus já não mais adotavam este estilo. Vale lembrar que ele está intimamente ligado à religião católica, expressando devoção por meio da arquitetura, escultura e pintura. Outros edifícios laicos, como cadeias, Câmaras e chafarizes, também apresentaram as características desse estilo.

O barroco se espalhou primeiramente nas regiões açucareiras, mas assumiu características próprias nas Minas Gerais, onde predominou a utilização de materiais largamente disponíveis naquela área, como a pedra-sabão e a madeira. Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manoel da Costa Ataíde, conhecido como Mestre Ataíde, foram dois grandes nomes da escultura e pintura nessa região, transmitindo grande emoção e religiosidade por meio de suas belas obras, mas também contribuindo para a criação de uma arte que refletisse os valores e concepções dos habitantes do Brasil.



Figura 11 - Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (MG). Fonte: Shutterstock.

Antes de concluirmos esta sessão, é preciso que você fique atento às principais diferenças entre a formação social verificada nas regiões de exploração aurífera daquela existente na civilização do açúcar. Vamos lá?



SOCIEDADE DO AÇÚCAR	SOCIEDADE DO OURO
Caráter rural	Caráter urbano
Senhores X escravos Poucos homens livres.	Sociedade mais heterogênea e com certa mobilidade social.
Atividade econômica voltada para a exportação	Embora o ouro fosse exportado, estimulou o mercado interno.



3.2. Consequências e crise da exploração do ouro

Uma das principais consequências do achamento de ouro foi o **deslocamento do eixo econômico da Colônia**, da região Nordeste, onde predominaram os engenhos de açúcar, para a Centro-Sul. Com isso, Bahia e Pernambuco passaram a se destacar principalmente na criação de gado bovino, comercializado em Minas, e na importação de escravos e outros produtos desejados pelas elites do ouro. Houve um aumento da cultura do tabaco, moeda de troca no tráfico de escravos do Atlântico.

Embora não tenha obtido êxito, a Coroa tentou conter o contrabando de ouro limitando a comunicação das regiões do ouro com o Nordeste e outras localidades, estabelecendo que o escoamento das barras quintadas só poderia ser realizado por dois caminhos: o **Caminho Geral do Sertão**, que acompanhava o Vale do Paraíba e traçava uma rota até o litoral paulista, e o chamado **Caminho Novo**, construído entre 1698 e 1701 para ligar Minas e o Rio de Janeiro.

Com isso, São Paulo se tornou um importante polo de abastecimento da região mineradora com produtos alimentícios, ao passo que o Rio de Janeiro passou a dispor do mais importante porto da Colônia. Era ali que desembarcavam tecidos, perfumes, livros e outros itens importados para o consumo dos homens abastados da sociedade do ouro, além de se firmar como ponto da rota do tráfico de escravos. Com isso, os engenhos da região se especializaram na produção de cachaça, produto utilizado na negociação de cativos.



Figura 12 - Oscar Pereira da Silva. *Entrada para as Minas*, 1920-1921, óleo sobre tela, 130 x 86 cm, Museu Paulista.

Ao perceber o dinamismo do Caminho Novo, a Coroa **transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763**, com o intuito de reforçar o controle sobre a circulação do ouro. A decisão foi tomada pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo – mais conhecido como **Marquês de Pombal**.

No sul do Brasil, a criação de gado foi impulsionada pela atividade mineradora, pois os animais exerciam o transporte das cargas e serviam de alimento e vestuário na região das Minas. A ocupação da região platina foi intensificada, culminando na incorporação da região do Rio Grande do Sul pelos portugueses.

Servindo como polo de atração econômica, a atividade mineradora contribuiu para a integração de regiões que até então se mantiveram apartadas no processo colonizador, a partir da **formação de um mercado interno articulado** (KOSHIBA; PEREIRA, 2003, p. 105).



Figura 13 – Mapa da integração econômica decorrente da exploração aurífera.

12. Tratados e fronteiras

Na virada do século XVIII, o Tratado de Tordesilhas passou a ser um acordo sem sentido. Jesuítas organizaram reduções bem além dos limites da América Portuguesa, enquanto expedições partidas de São Paulo percorreram o sertão em busca de indígenas e metais preciosos. Por fim, criadores de gado se instalavam cada vez mais no interior do território. Como dissemos, todos esses elementos contribuíram para o processo de ocupação do território.



Havia um grande interesse dos portugueses de controlarem a **foz do rio da Prata**, situada na porção sul do continente. Como sugere o próprio nome da bacia, a região era vital para os espanhóis para o escoamento da prata extraída das minas de Potosi (atual Bolívia), além de integrá-la aos demais pontos do Império. Para garantir sua posse sobre o estuário do Prata, os portugueses fundaram, em 1680, a **colônia do Sacramento**.

Situado em uma parcela do atual Rio Grande do Sul, outro território controverso era a região de **Sete Povos das Missões**, conjunto de aldeamentos indígenas fundado por jesuítas espanhóis após sofrerem sucessivos ataques de bandeirantes. Conforme se intensificava as disputas territoriais entre Portugal e Espanha, a atividade missionária desenvolvida na região passou a representar um entrave para as monarquias ibéricas.

Para assegurar o reconhecimento das fronteiras de seus domínios, Portugal se dedicou a ratificar diversos tratados entre 1713 e 1801. Vejamos cada um deles:

- ❑ **Primeiro Tratado de Utrecht** (1713): Por meio dele, a França reconheceu o direito exclusivo de navegação dos portugueses no Rio Amazonas, em troca do reconhecimento luso da posse da Guiana pelos franceses. O Rio Oiapoque passou a ser o limite entre as duas colônias, o que ratificou o pertencimento do Amapá ao território brasileiro.
- ❑ **Segundo Tratado de Utrecht** (1715): Ratificado pela Espanha, que reconhece a posse portuguesa da Colônia de Sacramento, na região sul do Brasil. Contudo, a validade foi limitada diante de novos conflitos entre portugueses e espanhóis.
- ❑ **Tratado de Madri** (1750): Para solucionar os impasses de fronteira entre portugueses e espanhóis, estabeleceu o princípio do *utis possidetis*, ou seja, somente seriam reconhecidos para cada um dos Estados aqueles territórios ocupados de maneira efetiva por eles. O acordo invalidou os limites do Tratado de Tordesilhas, uma vez que Portugal obteve a posse legal do Rio Grande do Sul (Sete Povos das Missões), Mato Grosso e Amazônia. Já os espanhóis obtiveram dos lusos a Colônia de Sacramento, para que mantivesse o controle sobre as duas margens do rio da Prata.

As Guerras Guaraníticas (1754-1756)

Como a região dos Sete Povos das Missões era mantida por jesuítas espanhóis, o Tratado de Madri estabeleceu que os religiosos e os indígenas Guarani fossem remanejados para a América Espanhola para que a posse de Portugal fosse efetivada.

Os jesuítas, que se consolidaram como grandes criadores de gado na região, se recusaram a cumprir o acordo, o que os levou a coagir os indígenas a pegar em armas e enfrentar os colonizadores. Milhares de indígenas que ali viviam foram dizimados pelas forças armadas portuguesas e espanholas, mas o movimento de resistência inviabilizou a efetivação do tratado.

- ❑ **Tratado do Pardo** (1761): Assinado pelo marquês de Pombal, o acordo anulou todas as disposições do Tratado anterior, incluindo o princípio do *utis possidetis*.



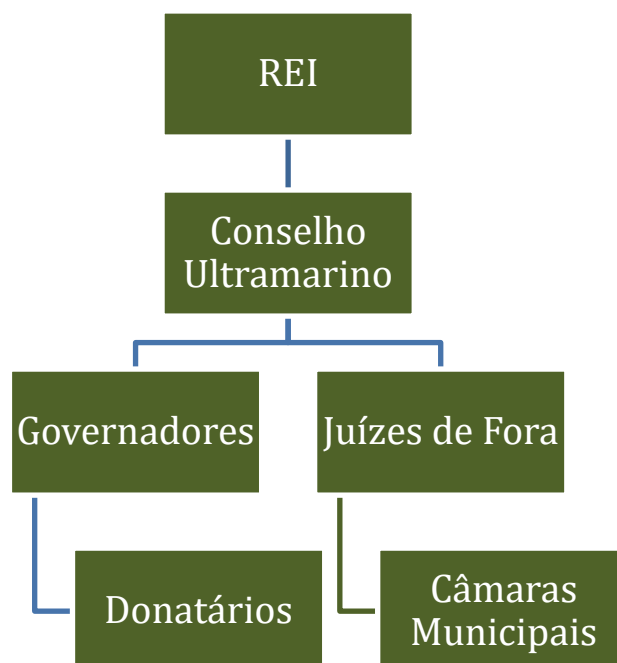
4. O fim do sistema colonial e as revoltas no Império português

Insurreição. Sedição. Rebelião. Assuada. Muitos eram os termos utilizados para denominar as diversas revoltas que eclodiram durante o período colonial entre os séculos XVII e XVIII, consideradas graves ameaças à manutenção do Império Colonial Português pelas autoridades aqui instaladas. Devido a isso, boa parte desses episódios foram duramente reprimidos pela Coroa lusa, que aplicou penas exemplares aos revoltosos a fim de desestimular qualquer insubordinação contra a administração colonial.



Após o fim da União Ibérica, Portugal buscou recuperar sua economia fazendo ser cumprida a ideia do “exclusivo” metropolitano no Brasil, ou seja, garantindo que as boa parte das atividades comerciais realizadas na colônia implicassem em rendimentos para a Coroa. Para isso, criou a Companhia Geral do Comércio do Brasil e a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão, com o intuito de garantir o monopólio do comércio colonial. Esta última, conforme veremos a seguir, foi um dos elementos que fomentou a Revolta de Beckman.

A administração colonial foi centralizada no **Conselho Ultramarino**, órgão criado por D. João IV em 1640. Ele limitou ainda mais a influência política dos capitães-donatários, subordinados aos governadores-gerais. Além disso, as competências das Câmaras Municipais foram reduzidas pela criação dos juizes de fora, nomeados pelo próprio rei para presidir suas sessões.



Décadas depois, o declínio da atividade mineradora levaria o Estado português a promover mais reformas administrativas. Tendo a frente Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como **Marquês de Pombal**, uma série de mudanças foram implementadas para reverter o quadro econômico português. Ele era ministro de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos do rei D. José I, sendo considerado um “déspota esclarecido” ao buscar a racionalização do aparato administrativo.

Pombal assumiu o cargo com o desafio de sanar os efeitos do **Tratado de Methuen** (1703), também conhecido como Panos e Vinhos. Desde sua ratificação, os portugueses haviam se comprometido a garantir isenção de impostos aos tecidos britânicos, enquanto estes adquiririam vinhos lusos sem restrições na alfândega. Como a demanda pela bebida era menor que a do tecido, o acordo beneficiou principalmente ingleses e atrapalhou as manufaturas lusas de tecidos.

A Era Pombalina buscou o controle do Estado sobre a economia, instituindo uma série de regulamentos, taxas, subsídios e monopólios. Com isso, buscava proteger os interesses comerciais nacionais em detrimento dos estrangeiros, além de combater o contrabando que fazia da empresa colonial mais benéfica para igleses e franceses do que para os próprios lusos.



Uma de suas primeiras medidas foi a criação das companhias de comércio do Grão-Pará Maranhão (1755) e de Pernambuco Paraíba (1759). Embora fossem formadas por comerciantes, o estabelecimento de monopólios eliminava aqueles que não pagavam impostos à Coroa pelas suas atividades comerciais, garantindo lucros exorbitantes para seus sócios e arrecadação para o Estado.

Para evitar a dependência do Império da atividade aurífera, estimulou a diversificação da produção de gêneros agrícolas ao conceder terras para grandes comerciantes. Com isso, a Colônia exportava algodão, arroz, café e anil (corante azul), sobretudo a região do Rio de Janeiro. Em compensação, a concentração fundiária nas mãos da classe comercial aumentou ainda mais o número de homens livres e pobres do Brasil.

Pombal também foi o responsável pela transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), com o intuito de aprimorar o controle da extração do ouro. Também promoveu a **expulsão dos jesuítas de todo o Império Português** (1759), uma vez que sua isenção de impostos fez da ordem religiosa uma instituição dotada de grande riqueza. No Brasil, os jesuítas acumularam poder nas regiões de fronteira, o que era encarado com desconfiança por Pombal. Para entender melhor este sentimento, não podemos esquecer de que as Guerras Guaraníticas, que tiveram jesuítas como seus principais fomentadores, ocorreram alguns anos antes da decisão de expulsá-los.

Diante da importância dos jesuítas na produção cultural do Império, sua expulsão afetou drasticamente as instituições de ensino existentes na Colônia. E embora Pombal tenha acenado para a implantação de um ensino laico, a falta de professores e recursos não fez seus planos se concretizarem.

Para concluir, a Era Pombalina também buscou envolver homens da colônia na direção dos novos órgãos fiscais, com o intuito de reforçar a autoridade da metrópole. Contudo, as relações com os súditos além-mar nem sempre foram harmoniosas, pois em muitos casos a política colonial acabou por desfavorecer as elites brasileiras. Neste sentido, é exemplar o caso da Conjuração Mineira, movimento que veremos a seguir e que envolveu diversos homens que já haviam se envolvido na administração colonial, como o ex-ouvidor Tomás Antônio Gonzaga.

Pombal se retirou do poder após a morte de D José I e a ascensão de sua filha, a rainha D. Maria I. A nova soberana se mostrou disposta a compensar o clero conservador e os comerciantes prejudicados pelas políticas pombalinas, mas suas mudanças não contornaram as insatisfações que rondavam a Colônia. Uma de suas medidas teve impacto negativo entre os luso-brasileiros: o **Alvará de 1785**, que extinguiu manufaturas instaladas no Brasil. A decisão beneficiou principalmente os produtores têxteis portugueses, pois agora os domínios coloniais só poderiam ser abastecidos com os seus produtos, sem enfrentar mais a concorrência do tecido brasileiro.

As revoltas que veremos a seguir sinalizam certa decadência do Império Português, ainda que muitas delas não confrontassem a autoridade da Coroa. Para facilitar, podemos dividir os movimentos coloniais em duas categorias:

- ❑ **Revoltas nativistas:** Contestam a forma como os representantes da Coroa conduzem seus negócios na América Portuguesa, como é o caso da Revolta de Vila Rica e a Revolta de Beckman. Em outros casos, como na Guerra dos Emboabas e na Guerra dos Mascates, verificou-se a disputa de grupos adversários pelo domínio sobre uma determinada região.



- ❑ **Revoltas emancipacionistas:** Inspiradas por ideias iluministas que rondavam a Europa no período, buscam a separação política de Portugal. Veremos duas delas: a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.



Figura 15 - Mapa das revoltas coloniais. Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. Atlas histórico básico. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008.p. 40.

A Revolta de Beckman (1684)

Em 1684, um grupo de senhores de engenho e comerciantes liderados pelos irmãos Manuel e Thomas Beckman, se revoltaram contra a situação do Maranhão no final do século XVII. Até então, a **escravização dos indígenas** para que desempenhassem os trabalhos braçais era algo comum na região, mas um decreto do rei português D. Pedro proibiu que os nativos continuassem a ser subjugados.

Para os colonos, a restrição do uso dos indígenas comprometia a oferta de mão de obra para as atividades do engenho, afetando economicamente os produtores da região. Além disso, a metrópole também havia criado a **Companhia de Comércio do Maranhão e do Grão-Pará**, com o objetivo de monopolizar as exportações dos produtos da região, e consequentemente, evitar o contrabando e a sonegação de tributos.

A Companhia prometia trazer até 10.000 escravos negros em 20 anos, abastecer o mercado interno e melhorar a indústria e a lavoura. Contudo, os escravos não chegaram na quantidade e preço prometidos, e os alimentos que ali desembarcavam eram de má qualidade e até mesmo estragados. A Companhia também se utilizou da tática de adquirir somente cravo e pano,



recusando o açúcar, o cacau, o couro e o tabaco produzidos na região. Com isso, os artigos baixavam de preço e se tornavam mais vantajosos para serem comprados.

Diante do aumento do cerco de Portugal, os colonos, liderados por Manuel Beckman, o Bequimão, tomaram o local onde eram vendidos os produtos da região para a Companhia de Comércio e deram voz de prisão aos funcionários da metrópole. Também depuseram o governador da capitania, nomeando em seu lugar uma junta administrativa instalada na Câmara Municipal. Por fim, expulsaram os jesuítas, considerados culpados pela decisão real que proibia a escravização dos indígenas.

O governo dos revoltosos durou por ano, mas foi duramente combatido pelas tropas enviadas por Portugal, acompanhadas do novo governador da capitania, Gomes Freire de Andrade. Este chegava ao Maranhão tendo como prisioneiro Thomas Beckman, que havia sido enviado pelo irmão para negociar com a Coroa o fim da Companhia de Comércio. Manuel Beckman e Jorge de Sampaio e Carvalho, outra liderança do movimento, foram enforcados em praça pública, enquanto Thomas passaria as próximas décadas preso. Por fim, diversos outros integrantes da revolta foram açoitados.

Guerra dos Emboabas (1707-1709)

A Guerra dos Emboabas foi um conflito travado pelo direito de exploração de jazidas de ouro descobertas na região de Minas Gerais, no início do século XVIII. Por terem descoberto o metal, os paulistas acreditavam serem os únicos a terem o direito de prospectá-lo, se opondo à presença de forasteiros na região, chamados pejorativamente por eles de **emboabas**.

Estima-se que a população da região das Minas fosse em torno de 30 mil habitantes, no início do século XVIII, a maior parte deles emboabas. Diante da inferioridade numérica dos paulistas, em 1707 os “forasteiros” tentaram expulsar seus adversários e tomarem o controle da zona aurífera. Em um dos primeiros episódios do conflito, mais de trezentos paulistas foram cercados, e se renderam após a promessa de que seriam poupados se não resistissem. Contudo, o capitão dos emboabas, Bento Coutinho, não cumpriu com a sua palavra, e todos foram exterminados. O massacre ficou conhecido como Capão da Traição.

A fim de retomar o controle sobre seus súditos, a Coroa portuguesa **criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro**, separando este território da administração do Rio de Janeiro. Com isso, novos funcionários da Coroa se instalaram nas proximidades da região das Minas, o que possibilitava maior fiscalização do ouro encontrado e contenção das insurreições. Quanto aos paulistas sobreviventes, muitos se dirigiram para regiões como Goiás e Mato Grosso, onde foram encontradas novas jazidas de ouro, enquanto outros passaram a se dedicar à agricultura, voltada para o abastecimento das áreas de exploração de metais preciosos.

Guerra dos Mascates (1710-1711)

Na segunda metade do século XVII, Pernambuco se tornou palco da disputa entre dois grupos econômicos. O primeiro deles, composto por importantes senhores de engenho, monopolizavam a Câmara Municipal de Olinda, sede da capitania pernambucana, e se consideravam membros da “nobreza da terra” pelos serviços prestados na expulsão dos



holandeses da colônia. Já Recife, povoamento vizinho de Olinda, era habitado por ricos comerciantes portugueses, pejorativamente denominados de “mascates” pelos seus adversários.

Conforme os aristocratas do açúcar olindenses se atolavam em dívidas, Recife despontava como o mais importante centro comercial da capitania. Os “mascates”, no entanto, eram constantemente impedidos de integrarem a Câmara Municipal de Olinda, considerados inferiores pelos habitantes da cidade vizinha.

Em 1710, atendendo a reivindicações dos comerciantes portugueses, o rei de Portugal **elevou Recife à categoria de vila**, possibilitando a criação de uma Câmara de Vereadores autônoma de Olinda. A decisão não foi aceita pelos olindenses, que invadem a vila vizinha e depõem o governador da capitania. Os conflitos entre os dois grupos se estenderam até 1711, quando foi acordado pelo novo governador que cada uma das cidades se tornaria sede da capitania por um semestre.

Revolta de Vila Rica (1720)

Das Minas seus moradores bastava dizer [...] que é habitada de gente intratável [...] A terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdade os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro é como no inferno.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 138.

O relato acima é do governador Pedro Miguel de Almeida e Portugal, o conde de Assumar, enviado para as autoridades portuguesas em Lisboa. A insubordinação relatada pelo luso, embora exagerada, era compreensível: entre 1717 e 1721, período em que se manteve como governador da capitania, enfrentou três revoltas coloniais na região das Minas. A mais importante delas, a Revolta de Vila Rica, as elites econômicas buscaram extinguir as **Casas de Fundição**, local onde o ouro era transformado em barras e dele extraído o **quinto**, imposto pago à Coroa.

Comandados pelo tropeiro Felipe dos Santos, os revoltosos promoveram diversos tumultos nas ruas de Vila Rica, atual Ouro Preto, atraindo a adesão de setores populares. Não tardou para que o conde de Assumar respondesse a altura, cercando a cidade e exterminando participantes da insurreição. Felipe dos Santos, por sua vez, foi morto e esquartejado, sendo sua cabeça exposta em local público. Após enfrentar tantas revoltas nas regiões auríferas, a Coroa portuguesa decidiu reforçar a fiscalização por meio da **criação da capitania de Minas Gerais**, em setembro de 1720.



4.1. A INCONFIDÊNCIA MINEIRA E A CONJURAÇÃO BAIANA

Todos os movimentos até agora, que podemos denominar de **revoltas nativistas**, foram decorrentes de disputas locais ou divergências quanto a forma de administração da Colônia, mas nenhum deles questionava a autoridade real portuguesa. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII as **ideias iluministas** ecoaram da França para diversas partes do mundo, alcançando também, ainda que clandestinamente, as bibliotecas das elites coloniais na América.

As conjurações mineira e baiana, embora deflagradas por grupos sociais distintos, tiveram em comum o fato de serem influenciadas pelo pensamento iluminista, comportando principalmente três elementos:

- ❑ a **noção de que existiam direitos naturais dos homens**, como a propriedade e a liberdade, sobre os quais os governos deveriam garantir a proteção;
- ❑ a **ideia de que a soberania residia no povo**, e não na figura do rei;
- ❑ a compreensão de que as **leis deveriam refletir a vontade daqueles a quem elas se dirigem**, só devendo ser restritivas para limitar condutas prejudiciais à vida em sociedade.

(FREITAS NETO; TASINAFO, 2006, p. 369)

Ademais, eram **movimentos emancipacionistas**, ou seja, que buscavam o rompimento das relações com a metrópole portuguesa; e **republicanos**, uma vez que consideravam esta estrutura política a mais adequada para a organização de um novo governo.

A Inconfidência Mineira (1789)

As riquezas extraídas da região das Minas possibilitaram a formação de uma elite econômica letrada, composta por clérigos, médicos, engenheiros, magistrados e poetas. Ao final do século XVIII, o rigor da política de arrecadação de impostos da metrópole, incondizente com a realidade da extração de ouro das Minas, se tornou um incômodo para esses homens, que acreditavam ser possível a exploração de outras atividades econômicas na região.

Embora fosse perceptível o **declínio da produtividade das minas auríferas**, Lisboa se mostrou irredutível quanto a necessidade dos colonos manterem o pagamento da mesma quantidade de arrobas de ouro cobradas anualmente. Para isso, ameaçou decretar a **derrama**, imposto individual e proporcional aos rendimentos dos súditos, cujo não pagamento poderia resultar no confisco de bens para a quitação das dívidas. Para piorar, a metrópole limitou o acesso das elites coloniais aos postos da administração.

O visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça, anunciou seu intento de suspender a derrama ao ser nomeado governador da capitania de Minas Gerais, mas permanecia entre as elites locais o temor de que o imposto pudesse ser cobrado a qualquer momento.

Diante disso, Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica, os advogados Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto, o padre José da Silva e Oliveira Rolim, o cônego Luís Vieira da Silva e outros homens ilustrados das Minas Gerais passaram a promover reuniões secretas, nas quais formulou-se o **projeto de implantação de uma República** na região, sediada em São João Del Rei.



O grande propagandista da Conjuração Mineira foi Joaquim José da Silva Xavier, que divulgou as ideias do movimento entre classes sociais distintas em várias partes da província. Embora tenha exercido os ofícios de tropeiro e comandante do Destacamento do Caminho Novo, seu prestígio foi conquistado devido a uma de suas habilidades que acabou se tornando seu apelido: **Tiradentes**.

Inspirados na **Revolução Americana**, que tornara independente as Treze Colônias da América Inglesa em 1783, os conjurados almejavam implantar uma República Confederada, cabendo a Tomás Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Luís Vieira da Silva organizarem o novo governo e uma constituição. A ideia era que o movimento eclodisse na data de decretação da derrama, e que a Coroa lusa fosse forçada a negociar com os conjurados diante dos altos custos que teria no deslocamento de tropas até a Colônia.

O movimento, no entanto, não saiu conforme planejado, afinal as demais capitanias do Brasil não aderiram à conspiração. Também se esperou apoio dos Estados Unidos após correspondência estabelecida entre os conjurados e Thomas Jefferson, mas naquele contexto o país ainda não dispunha de condições para interferir em questões externas.

Antes mesmo de ser deflagrada, a Conjuração Mineira foi denunciada seis vezes ao visconde de Barbacena. Entre seus denunciantes estava Joaquim Silvério dos Reis, um dos membros da conspiração, que a descreveu minuciosamente às autoridades metropolitanas em troca do perdão de suas dívidas. Dois meses depois, o governador suspendeu a derrama e abriu uma “devassa”, ou seja, deu início à condução das investigações sobre a Conjuração.

As penas para os “inconfidentes” foram duras: além de terem seus bens confiscados, muitos foram enviados para a África, outros condenados a prisão perpétua em Portugal. O poeta Cláudio Manuel da Costa, um dos principais nomes do movimento, foi encontrado morto em sua cela. Já sobre Tiradentes, que não era uma liderança da Conjuração, foi aplicada a mais terrível das penas. Após ser enforcado no dia 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro, seu corpo foi esquartejado e espalhado por várias estradas da capitania; sua casa em Vila Rica queimada, e o solo salgado para que nem mesmo seus descendentes pudessem cultivá-lo.

Arcadismo e Inconfidência

O Arcadismo foi um estilo literário que se desenvolveu na Europa por volta do século XVII, no qual se observa influências das ideias iluministas em voga na época. As elites coloniais, principalmente as oriundas da região das Minas, obtêm contato com essa literatura em Coimbra, para onde muitos jovens eram enviados para cursarem o ensino superior.

Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, três importantes lideranças da Inconfidência Mineira, também se destacaram como escritores árcades na segunda metade do século XVIII. Uma das produções mais famosas deste estilo foram as **Cartas Chilenas**, que circularam anonimamente em Vila Rica em formato de panfletos, entre 1787 e 1788. Em tom satírico, o poema expunha a corrupção e desmandos do governador da capitania de Minas Gerais, Luís da Cunha de Meneses, identificado na obra com o pseudônimo de Fanfarrão Minésio.



A Conjuração Baiana (1798)

Em 1798, a cidade de Salvador foi inundada por panfletos em linguagem simples e rude, que versavam sobre as **ideias de República e democracia**, sendo o primeiro movimento da América Portuguesa a considerar as camadas pobres da população como sujeitos dotados de direitos políticos. Sua inspiração eram as chamadas “francesias”, nome dado para os princípios de liberdade e igualdade da Revolução Francesa, que para o temor das autoridades metropolitanas, também alcançavam a Colônia. No Haiti, uma revolução comandada por escravizados e homens pobres expulsara os brancos do poder, causando pânico entre as elites das demais partes das Américas Espanhola e Portuguesa.

Influenciados pelas revoluções francesa e haitiana, negros e mulatos pobres promoveram saques a estabelecimentos comerciais de portugueses, motivados pelas duras condições de vida na cidade de Salvador. Sabe-se que também chegaram a propor o **fim da escravidão** em um de seus panfletos, além de serem o único movimento das colônias a contarem com a **participação de mulheres negras**, como as ex-escravas Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento. Além disso, propunham a criação de uma República e defendiam a liberdade de comércio e o aumento do soldo dos soldados.

Diferentemente dos conjurados das Minas, os conspiradores baianos faziam questão de que seus posicionamentos políticos fossem conhecidos publicamente, se utilizando de adornos que os marcavam como simpatizantes das ideias francesas. Segundo o relato de uma das autoridades era fácil distingui-los pelas ruas de Salvador: ao se deparar com um homem “com brinquinho na orelha, barba crescida, até o meio do queixo, com um búzio de Angola nas cadeias do relógio, este era Francês e do partido da rebelião” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 149).

O movimento não chegou a dar origem a um conflito com as forças militares portuguesas, uma vez que suas lideranças logo foram delatadas. Lucas Dantas, João de Deus, Manuel Faustino e Luís Gonzaga das Virgens – todos homens negros e pobres – foram condenados a forca pelas autoridades da capitania, e seus corpos esquartejados e fixados em vários pontos de Salvador, alertando para que nenhum súdito voltasse a desafiar a autoridade da Coroa. Como João de Deus e Manuel Faustino dos Santos ocupavam os ofícios de alfaiate, o movimento ficou conhecido como **Revolta dos Alfaiates**.

ATENÇÃO
DECORE!



Semelhanças e diferenças entre as Conjurações Mineira e Baiana



9. Lista de Exercícios

9.1. COLÉGIO NAVAL

1. (CN/2019)

Leia o texto a seguir.

“AH CUIABÁ, COMO É BOM VIVER AQUI!!!

Cidade verde, linda e hospitaleira. Consegue ser a capital tricentenária, mas sem perder a essência. Cuiabá dos 300 Anos que vem sendo marcada por muitas transformações e mudanças.

BREVE HISTÓRICO

Cuiabá foi fundada em 08 de abril de 1719 às margens do Rio Coxipó, a ata de fundação foi assinada por Pascoal Moreira Cabral. Cuiabá foi elevada à condição de cidade em 17 de setembro de 1818, tornando-se a capital da então província de Mato Grosso. A igreja do Rosário, um dos pontos turísticos da cidade, construída na época no centro da pequena cidade, marcou a localização de uma rica cultura de ouro."

Disponível em: <https://turismo.cuiaba.mt.gov.br/> Acesso em: 10/04/2019

A respeito da fundação de Cuiabá, é correto afirmar que está relacionada com

- A) a existência de uma grande missão jesuítica na região que atraiu bandeirantes paulistas com o objetivo de capturar escravos e vendê-los para senhores de engenho do litoral.
- B) o Tratado de Madri promovido entre Portugal e Espanha, concedendo extensos territórios espanhóis ao Brasil que foram explorados pelos bandeirantes.
- C) a marcha para o oeste promovida pelo governo português com o objetivo de oferecer pequenas propriedades àqueles que desejassem povoar o sertão brasileiro.
- D) a política portuguesa que permitia a Estados estrangeiros amigos visitar a região do Mato Grosso em expedições de caráter científico.
- E) as buscas dos paulistas pelo ouro por meio das monções, que eram expedições fluviais exploratórias e também abastecedoras de povoados, arraiais e vilas.

2. (CN/2019)

Leia o texto a seguir.

“Deu no Mercúrio Portuguez. “... e do Brasil virá também o galeão chamado Padre Eterno, que se faz no Rio de Janeiro, e é o mais famoso baixeiro de guerra que os mares jamais viram”. A gazeta mensal lisboeta trazia a notícia acima fechando a edição de março de 1665. O periódico de Antônio de Souza de Macedo, secretário de estado do Reino de Portugal, se referia ao barco de 53 metros (m), que deslocava 2 mil toneladas (t), com um mastro feito num só tronco de 2,97 m de circunferência na base. O navio começou a ser construído em 1659 a mando do governador da capitania do Rio, Salvador Correia de Sá e Benevides, na Ilha



do Governador, em um local conhecido como Ponta do Galeão (onde fica hoje o Aeroporto Internacional Tom Jobim). Militar e político português, dono de engenhos e currais, Sá fez o mais potente galeão que pôde para evitar depender da proteção das frotas do governo ao se aventurar no comércio pelos mares."

MARCOLIN, Neldson. Por mares sempre navegados. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/11/30/por-mares-sempre-navegados>. Acesso em: OS de abril de 2019.

É correto afirmar que a existência de estaleiros destinados à construção de grandes navios no Brasil do século XVII demonstrava

- A) que o Brasil possuía uma economia dinâmica que superava Portugal e Inglaterra na produção naval.
- B) que a indústria naval apenas servia para transportar o açúcar para a Europa.
- C) que havia outras atividades econômicas na colônia, além da produção e exportação de cana-de-açúcar.
- D) a necessidade de numerosas embarcações para a navegação fluvial no Brasil, como o galeão Padre Eterno.
- E) a existência de colonizadores franceses no Brasil, os únicos capazes de construir grandes navios.

3. (CN/2018)

Observe a charge e responda a questão a seguir.



NOVAIS, Carlos Eduardo; LOBO, César - História do Brasil para principiantes - De Cabral a Cardoso 500 anos de Novela - Editora Ática - São Paulo, 1997, p.130

A charge faz referência a uma determinação instituída na segunda metade do século XVIII que foi:



- A) a outorga das leis restritivas de escravidão no reino, assinadas no ano de 1761 por D. José I, tendo a frente como idealizador das mesmas o Marquês de Pombal.
- B) a criação das Companhias de Comércio do Estado do Grão-Pará e do Maranhão, em 1755, que garantiam o monopólio da Coroa por toda a atividade de comércio no Brasil.
- C) o Alvará de 1785, que foi uma medida criada por D. Maria I, o qual proibia, entre outras atividades, a instalação de manufaturas no Brasil.
- D) o estabelecimento do Alvará de 1756 referente a atividade agrícola das Vinhas do Alto Douro instaladas na Capitania do Maranhão e Grão-Pará.
- E) o Alvará de 1773 que livrava os ditos “Cristãos-Novos” de origem judaica da ameaça inquisitorial permitindo a instalação de companhias de comércio no Brasil.

4. (CN/2016)

Leia o texto a seguir.

Em 1682, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, com o objetivo de controlar os atritos entre fazendeiros e religiosos na disputa pelo trabalho indígena, mais barato que o africano, e incentivar a produção local... A companhia venderia aos habitantes do Maranhão produtos europeus, como azeite, vinho e tecidos, e deles compraria o que produzissem, como algodão, açúcar, madeira e as drogas do sertão, para comercializar na Europa. Também deveria fornecer à região quinhentos escravos por ano, uma fonte alternativa de mão de obra, diante da resistência jesuítica em permitir a escravidão de nativos. Os preços cobrados pela companhia, entretanto, eram abusivos, e ela não cumpria os acordos, como o fornecimento de escravos.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo - História Geral e do Brasil - Editora Scipione, SP, 2010 - p. 358

O texto acima descreve uma situação que colaborou para o acontecimento de um conflito, no período colonial brasileiro ocorrido na segunda metade do século XVII, que ficou conhecido como

- A) Revolta de Beckman.
- B) Guerra dos Mascates.
- C) Guerra dos Emboabas.
- D) Revolta de Felipe dos Santos.
- E) Revolta de Amador Bueno.

5. (CN/2015)

O Brasil integrou-se ao quadro econômico europeu como uma colônia de exploração. Com relação à economia colonial brasileira, é INCORRETO afirmar que



- A) durante o período pombalino, com o objetivo de fortalecer o erário régio, houve um aumento da carga tributária e a consolidação dos monopólios (criação das Companhias Gerais do Comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba).
- B) a pecuária nordestina se caracterizou por ser uma atividade econômica subsidiária à economia açucareira, voltada para o mercado interno, organizada de forma extensiva e que comportou predominantemente a mão de obra escrava.
- C) as "drogas do sertão" se caracterizam pela coleta de recursos florestais da Amazônia, tais como o cacau e o guaraná, organizada pelos jesuítas, tendo como mão de obra predominante a indígena.
- D) o açúcar tornou-se o carro-chefe de nossa economia colonial porque possuía alto valor no mercado externo e viabilizava a ocupação territorial, além de contribuir para a estruturação da classe senhorial.
- E) a mineração provocou um grande aumento demográfico, o aparecimento de vilas e cidades, a articulação de um mercado interno e uma maior diversificação no estrato social e econômico.

6. (CN/2014)

A União Ibérica foi um importante estímulo à expansão territorial portuguesa sobre o território que legalmente pertencia à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas. Com isso, aconteceram vários conflitos entre os dois países e foram necessários alguns tratados de limites para que as novas fronteiras se definissem. Sobre os tratados de limites que definiram o território brasileiro, pode-se

- a) o Tratado de Lisboa foi assinado entre Portugal e Espanha e restabeleceu os limites territoriais existentes à época do Tratado de Tordesilhas.
- b) o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, usando o princípio da restauração, restabeleceu as fronteiras existentes antes da União Ibérica.
- c) com o Tratado de Santo Ildefonso, Portugal recebeu o domínio dos Sete Povos das Missões, o que provocou a chamada Guerra Guaranítica.
- d) o Tratado de Methuen, assinado entre Portugal e Inglaterra, definiu as fronteiras ao norte do Brasil, e a Guiana ficou sob domínio inglês.
- e) o Tratado de Badajós foi o último a ser assinado e praticamente definiu os limites territoriais brasileiros. A única alteração, desde aquela época, foi a anexação do Acre.

7. (CN/2007)

O apresamento de indígenas e a constante procura de riquezas colaboraram, entre outros fatores, para com o expansionismo territorial brasileiro o qual, a partir da segunda metade do século XVIII, já se encontrava com uma dimensão que pouco diferenciava da configuração geográfica atual, sendo esta respectiva formação geográfica fixada a partir de Tratados como o de Madri que



- (A) entre outros aspectos, anulou o Tratado de Utrecht consolidando a ocupação efetiva do atual oeste sul-riograndense, estabelecendo as fronteiras a partir das margens do Rio Uruguai distendidas após o rompimento da linha de Tordesilhas.
- (B) entregou a colônia do Sacramento aos espanhóis e ficou definitivamente detentora da parte Centro-Oeste, Sul e Norte do Brasil.
- (C) anulou o Tratado de Santo Ildefonso consolidando a ocupação efetiva do atual oeste sul-riograndense estabelecendo definitivamente os limites entre os impérios coloniais ibéricos distendidos após o rompimento do Tratado de Tordesilhas.
- (D) consolidou o Tratado de Badajós estabelecendo as fronteiras entre portugueses e espanhóis, a partir das margens do rio Paraguai e do rio Uruguai.
- (E) previa, entre outros aspectos, que a colônia do Sacramento pertenceria aos espanhóis e a região dos Sete Povos das Missões, que ocupava parte do atual estado do Rio Grande do Sul, pertenceria aos portugueses.

8. (CN/2007) - Adaptada

Correlacione os Movimentos Nativistas às suas características e assinale, a seguir, a opção que apresenta a sequência correta.

MOVIMENTOS

- I - Revolta de Beckman
- II - Guerra dos Emboabas
- III- Guerra dos Mascates
- IV - Revolta de Felipe dos Santos

CARACTERÍSTICAS

- (II) O fato mais marcante deste movimento ocorreu no chamado Capão da Traição, no qual paulistas foram cercados e massacrados, mesmo após terem se rendido.
- (III) A emancipação de Recife, em 1709, obtida devido à pressão dos comerciantes portugueses e que lhes dava estatuto de vila independente deu início a este movimento.
- (I) O movimento está ligado à atuação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão que, por usufruir de exclusividade comercial, mantinha atividades de comércio que descontentavam os colonos.
- (IV) Entre os resultados deste movimento, encontra-se a separação de Minas Gerais da Capitania de São Paulo e a manutenção do funcionamento regular das Casas de Fundição.
- (A) II, III, IV e I
- (B) II, IV, I e III
- (C) I, IV, III e II
- (D) II, III, I e IV



(E) I, IV, III e II

9. (CN/2006)

Sobre a Conjuração Baiana, ocorrida em 1798, é correto afirmar que

- (A) embora tenha havido a participação de alguns membros da elite latifundiária e escravista, o movimento teve caráter acentuadamente popular.
- (B) foi de caráter elitista pelo fato de defender a separação política da Colônia em relação à Metrópole sem buscar alterar a estrutura latifundiária escravista.
- (C) inspirada nos ideais do Iluminismo, defendia a instauração de um regime republicano baseado no controle do Estado sobre a economia, mantendo, com isso, o regime escravista.
- (D) embora tenha tido a participação de membros das massas populares, como mulatos, soldados e artesãos, o movimento foi decididamente elitista.
- (E) não se diferenciou em nada da Inconfidência Mineira pelo fato de ambos os movimentos defenderem, incondicionalmente, a separação da colônia em relação a Portugal.

10. (CN/2005)

Ministro do rei D. José I, Sebastião Carvalho e Melo, o marquês de pombal tomou diversas medidas em relação à colônia portuguesa na América. Entre essas medidas estão: a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, a busca por extinguir a escravidão indígena e o estímulo à criação de companhias de comércio, como a do estado do Grão-Pará e Maranhão (1755 - 1778).

Assinale a opção que apresenta as finalidades pretendidas por essas medidas.

- a) Dar maior autonomia para as regiões coloniais para que elas pudessem produzir mais e gerar mais riquezas para Portugal.
- b) Exaltar os valores do despotismo esclarecido que se mostrava sensível às necessidades dos súditos portugueses.
- c) Saldar as dívidas da Corte Lusitana com os credores franceses e Flamengos que ameaçavam tomar as alfândegas coloniais como pagamento da dívida.
- d) Equilibrar o saldo da balança comercial portuguesa que se encontrava deficitária e dar maior eficiência administrativa ao reino.
- e) Desenvolver a economia do reino com o objetivo de reunir recursos para retornar a rota das Índias.

11. (CN/2004)

A descoberta das jazidas e o início da extração aurífera no Brasil impunham a Portugal a necessidade de uma administração mais rígida, compatível com os interesses da Coroa. Uma administração que assegurasse os privilégios da metrópole, facilitasse a política fiscal e



impusesse absoluto controle sobre tudo o que dissesse respeito à mineração. Para atingir tais objetivos seria necessário a criação de uma carga tributária. Sobre a tributação na região mineradora pode-se afirmar que

(A) a criação das Casas de fundição tinha o objetivo principal de facilitar o transporte do ouro em toda a colônia.

(B) o Quinto, juntamente com a Finta e a Capitação eram, impostos cobrados apenas aos mineradores que extraíam anualmente 100 arrobas de ouro.

(C) a instalação de postos fiscais ou centros de inspeção com a finalidade de fiscalizar se havia sido feito o pagamento do quinto acabou com o contrabando de ouro na região.

(D) a partir de 1750, o governo português instituiu dois impostos, o Quinto e a capitação, com o objetivo de uma maior arrecadação.

(E) a capitação era um imposto, extremamente amplo, exigia do minerador o pagamento de uma taxa sobre cada um de seus escravos. Esse mesmo imposto incidia sobre fiscadores, donos de hospedaria, oficinas e lojas.

12. (CN/2004)

As revoltas coloniais ocorridas na Segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII tiveram caráter exclusivamente local. Foram reações isoladas, regionais, que questionavam pontos específicos da exploração que a colônia vinha sofrendo. Como foram movimentos em defesa dos interesses de determinados grupos, essas revoltas não contestaram o sistema colonial como um todo, nem pretenderam a libertação da colônia e sua transformação em nação independente. Sobre essas revoltas é correto afirmar que

a) o problema essencial para os senhores de Pernambuco era a necessidade de utilização de mão-de-obra indígena na lavoura e na coleta das drogas do sertão. As dificuldades para utilizar a mão-de-obra indígena foi uma das causas da Guerra dos Mascates em 1709.

b) a descoberta das minas provocou um intenso fluxo migratório interno e externo para Minas Gerais, o que levou os mineradores paulistas que habitavam a região onde haviam descoberto ouro, a um confronto com os "forasteiros". Esses conflitos ficaram conhecidos como Revolta da Vila Rica de 1721.

c) para resolver o problema da mão-de-obra no Maranhão, a Coroa criou a Cia. Geral de Comércio do Maranhão. A solução mostrou-se pior que o problema, pois a Companhia não cumpriu as obrigações que possuía com os colonos além de agir de forma corrupta, dando origem ao conflito que ficou conhecido como Revolta de Beckman, ocorrido em 1684.

d) a constante invasão da Capitania de São Vicente por estrangeiros com a finalidade em extrair e contrabandear o pau-brasil, levou os colonos dessa capitania a se revoltar contra a falta de segurança. Tal conflito ficou conhecido como Aclamação de Amador Bueno, ocorrido em 1641.

e) a briga entre Recife e Olinda pelo controle político da capitania de Pernambuco gerou uma série de incidentes que ficaram conhecidos como Revolta de Filipe dos Santos em 1720, que



questionava, entre outros aspectos a elevação dos impostos sobre a exploração do açúcar e o inflacionamento do preço dos escravos.

13. (CN/2004)

"O Brasil é um Dom do açúcar". Essa frase é atribuída a Antonil, um jesuíta toscano, que visitou as terras brasileiras no século XVI. Sua impressão não poderia ser outra: a metrópole portuguesa parecia disposta a transformar o Brasil num imenso canal. A produção açucareira tornava-se o objetivo principal da coroa portuguesa, pois o pacto colonial estruturava as relações entre a colônia e a metrópole de maneira a canalizar todo o lucro do açúcar para Portugal. Foram vários os motivos que levaram Portugal a investir no açúcar.

Assinale a opção que NÃO representa um desses motivos

- a) Os portugueses tinham experiência anterior, com a expansão marítima e comercial, pois, durante este processo, povoaram algumas ilhas do Atlântico com Madeira, Açores e Cabo Verde, onde iniciaram a cultura da cana.
- b) As condições naturais da colônia eram propícias. O litoral nordestino brasileiro possuía clima quente e úmido, além do solo massapê, ambos muito propícios ao plantio da cana-de-açúcar.
- c) Havia procura no mercado europeu. A colonização só interessaria à coroa portuguesa se baseada num produto de ampla aceitação no mercado consumidor europeu. O açúcar preenchia esse requisito.
- d) Dada a rentabilidade da empresa açucareira havia a possibilidade de investimentos de capitais holandeses para refino, distribuição, importação de mão-de-obra escrava.
- e) Exigência da Inglaterra para que Portugal explorasse a cana-de-açúcar no Brasil, pois com a produção sendo feita em colônias portuguesas, os ingleses garantiriam sua compra por preços mais baixos.

14. (CN/2004)

Foi por meio do "Regimento de 1548", que se instalou e se regulamentou um novo sistema político na colônia portuguesa: o Governo Geral. Em que contexto se inseriu a criação do Governo Geral, no Brasil?

- a) Na tentativa de centralizar o poder e a administração pública, no fracasso econômico do sistema de capitanias hereditárias, na vulnerabilidade do Brasil às investidas estrangeiras e na inviabilidade de se promover a colonização com recursos particulares.
- b) Na grande expansão econômica e comercial que Portugal estava passando, devido à intensificação do comércio com o oriente, especialmente com a Índia, o que permitiu uma acumulação de capital por parte da coroa portuguesa para investir no Brasil.
- c) Na extinção das capitanias hereditárias devido ao insucesso a que elas se submeteram, precisando assim a coroa portuguesa criar uma nova forma de administração para a colônia.



- d) No equilíbrio da Balança comercial portuguesa, devido à extração do ouro na região de Minas Gerais, o que permitiu acumular capital suficiente para investir na estrutura da administração colonial.
- e) Na intenção da coroa portuguesa em se desfazer do monopólio real sobre a extração do pau-brasil, dando a incumbência ao Governador-Geral de transferir a comercialização desse produto para as mãos das companhias comerciais.

15. (CN/2004)

Os trinta anos que vão da chegada de Cabral à de Martin Afonso de Sousa, 1500-1530 no Brasil, é denominado período pré-colonial. Qual das opções abaixo, apresenta características desse período?

- (A) De 1500 a 1530 a economia brasileira gravitou em torno da extração de especiarias conhecidas como "Drogas do Sertão". Os indígenas traziam para as feitorias no litoral e faziam o escambo com portugueses dessas "especiarias brasileiras".
- (B) A carta de Pero Vaz de Caminha aguçou a cobiça dos portugueses pela riqueza. O que propiciou uma imediata ocupação do território colonial brasileiro com o objetivo de explorar as riquezas, aqui, existentes.
- (C) Durante esse período o Brasil não sofreu invasões de outras nações, pois Portugal organizou várias expedições guarda-costas, como as de Cristóvão Jacques, o que inibiu a tentativa de invasão por parte dessas nações.
- (D) A economia pré-colonial centrou-se no pau-brasil. A extração do pau-brasil foi declarada estanco, onde o primeiro arrendatário foi Fernão de Noronha.
- (E) O ciclo do pau-brasil foi utilizado para colonizar a terra, principalmente no nordeste, o que permitiu o início da exploração agrícola pelos portugueses fixando o colono à terra.

16. (CN/2004)

Assinale as afirmativas abaixo, em relação aos Tratados assinados entre Portugal e Espanha sobre as terras do "novo mundo" encontradas durante a expansão marítima.

- I - A descoberta dessas novas terras gerou polêmica entre Portugal e Espanha quanto à sua posse, cabendo ao Papa Bonifácio IV desempenhar o papel de árbitro internacional.
- II - Em 1491, foi proclamada a Bula Intercoetera, segundo a qual seria traçada uma linha imaginária, a partir da Ilha da Madeira, 100 léguas em direção ao Ocidente.
- III - Em 1494, celebrou-se o Tratado de Tordesilhas, que determinava a distância para 370 léguas a partir do Arquipélago de Cabo Verde.
- IV - O Tratado de Tordesilhas demarcou os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão marítima e comercial.
- V - A consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e a formação do exército nacional foram estimulados pelo Tratado de Tordesilhas.



Assinale a opção correta.

- (A) As afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- (B) As afirmativas II e V são verdadeiras.
- (C) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa V é verdadeira.

17. (CN/2006)

No que se refere a Duarte da Costa, o segundo governador geral do Brasil, pode-se citar, entre as características do seu governo,

- a) a expulsão dos franceses e, conseqüentemente, a fundação da cidade do Rio de Janeiro.
- b) o apaziguamento da chamada Confederação dos Tamoios, utilizando-se da ajuda dos Jesuítas, entre eles José de Anchieta.
- c) a inabilidade em se relacionar com membros da igreja e a incapacidade de impedir a invasão francesa no Rio de Janeiro.
- d) o incentivo à agricultura e à pecuária por meio de vultosos empréstimos aos senhores de engenho.
- e) o estímulo à vinda de jesuítas com a finalidade de intensificar o processo de catequese sobre as comunidades indígenas.

9.2. EsFCEEx – QUESTÕES DESAFIADORAS

Que tal treinar um pouco mais com as questões da Escola de Formação Complementar do Exército – a EsFCEEx? Separamos algumas para você! Topa o desafio?

1. (EsFCEEx – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

Durante o período colonial brasileiro, as atividades econômicas que mais se destacaram foram a agromanufatura açucareira e a mineração. A respeito dessas atividades, assinale a afirmativa correta.

- A) Na zona açucareira, os escravos urbanos gozavam de maior liberdade do que na zona mineira, uma vez que podiam ser artesãos, vendedores, carregadores, escravos do ganho ou escravos de aluguel para tarefas diversas, atividades incompatíveis com as da mineração.
- B) A procura pela mão de obra negra africana nos engenhos contradiz a tese que afirma ser o tráfico negreiro o gerador da escravidão de africanos, ou seja, que a oferta teria precedido a procura.
- C) Com a expansão da mineração, deu-se, nesse período, uma drástica redução da escravidão negra na região Sudeste, uma vez que se passou a empregar, nessa área, exclusivamente, o trabalho de mineiros livres, ou seja, de imigrantes portugueses.



D) Um dos efeitos da mineração foi o surgimento de uma larga rede urbana nas zonas das minas e o crescimento do tamanho e de importância de São Salvador, porto de abastecimento das minas, de saída do ouro e capital colonial, até a chegada da Corte portuguesa, em 1808.

E) No século XVII, o Sudeste do Brasil se transformou em região típica de plantations açucareiras, que se assentavam, sobretudo, no trabalho de escravos africanos comprados aos holandeses que dominavam a região Nordeste.

2. (EsFCEEx – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

As críticas feitas na Europa pelo pensamento ilustrado ao absolutismo assumiram no Brasil o sentido de críticas ao sistema colonial. No Brasil, Ilustração foi, antes de mais nada, anticolonialismo.

(COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 26).

O texto acima faz alusão aos movimentos anticoloniais de fins do século XIX.

A respeito do contexto histórico daquele período, analise as afirmativas a seguir:

I. Criticar a realeza e o poder absoluto dos reis significava lutar pela emancipação dos laços coloniais.

II. Os estudantes que viajavam para o exterior, completando seus estudos em Portugal ou na França, voltavam imbuídos das novas ideias e se tornavam seus principais propagandistas.

III. Nem as prisões, nem os exílios, nem os enforcamentos foram capazes de deter a marcha do processo. Em vão a censura intentava impedir a divulgação das ideias nocivas à ordem vigente.

IV. A Inconfidência Mineira, que tinha propostas igualitárias, contava com a possibilidade de um levante de escravos, já que o número de homens pretos, livres e escravos superava em muito o dos brancos; por isso, contava com a composição de um exército popular.

V. Os líderes da Conjuração Baiana, membros das elites agrárias, não permitiram que setores populares se integrassem ao movimento, limitando seus ideais aos aspectos emancipacionistas.

Assinale

A) se apenas as afirmativas I, III e V estiverem corretas.

B) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.

C) se apenas as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.

D) se apenas as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.

E) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.



3. (EsFCEEx – Exército Brasileiro – Oficial/Administração/2018)

Sobre o exclusivismo comercial português que envolveu a Coroa e o controle da Minas no período colonial brasileiro, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a resposta correta.

I. Com a extração de ouro e diamantes no Brasil, a Coroa portuguesa intensificou a intervenção regulamentadora para arrecadar mais impostos.

II. O quinto e a capitação foram os dois sistemas básicos de impostos cobrados pela Coroa na atividade mineradora da Colônia, sendo a capitação cobrada também sobre estabelecimentos, exemplo de oficinas, lojas e hospedarias.

III. A Guerra do Emboabas (1708-1709), ocorrida na região das Minas foi uma reação de paulistas e estrangeiros aos impostos cobrados pela Coroa para adentrar na região.

IV. Os religiosos, a exemplo dos frades, foram os únicos que ficaram isentos da proibição de entrar na região da Minas sem autorização da Coroa portuguesa.

- a) Somente I e III estão corretas.
- b) Somente II e III estão corretas.
- c) Somente I e II estão corretas.
- d) Somente II e IV estão corretas.
- e) Somente III e IV estão corretas.

10 Gabarito

1. E	7. E	13. E
2. C	8. D	14. A
3. C	9. A	15. D
4. A	10. D	16. C
5. B	11. E	17. E
6. E	12. C	

Questões do EsFCEEx

1. B	2. E	3. C
------	------	------



11. Lista de Exercícios comentada

11.1. COLÉGIO NAVAL

1. (CN/2019)

Leia o texto a seguir.

“AH CUIABÁ, COMO É BOM VIVER AQUI!!!

Cidade verde, linda e hospitaleira. Consegue ser a capital tricentenária, mas sem perder a essência. Cuiabá dos 300 Anos que vem sendo marcada por muitas transformações e mudanças.

BREVE HISTÓRICO

Cuiabá foi fundada em 08 de abril de 1719 às margens do Rio Coxipó, a ata de fundação foi assinada por Pascoal Moreira Cabral. Cuiabá foi elevada à condição de cidade em 17 de setembro de 1818, tornando-se a capital da então província de Mato Grosso. A igreja do Rosário, um dos pontos turísticos da cidade, construída na época no centro da pequena cidade, marcou a localização de uma rica cultura de ouro."

Disponível em: <https://turismo.cuiaba.mt.gov.br/> Acesso em: 10/04/2019

A respeito da fundação de Cuiabá, é correto afirmar que está relacionada com

- A) a existência de uma grande missão jesuítica na região que atraiu bandeirantes paulistas com o objetivo de capturar escravos e vendê-los para senhores de engenho do litoral.
- B) o Tratado de Madri promovido entre Portugal e Espanha, concedendo extensos territórios espanhóis ao Brasil que foram explorados pelos bandeirantes.
- C) a marcha para o oeste promovida pelo governo português com o objetivo de oferecer pequenas propriedades àqueles que desejassem povoar o sertão brasileiro.
- D) a política portuguesa que permitia a Estados estrangeiros amigos visitar a região do Mato Grosso em expedições de caráter científico.
- E) as buscas dos paulistas pelo ouro por meio das monções, que eram expedições fluviais exploratórias e também abastecedoras de povoados, arraiais e vilas.

Comentários

Essa é uma questão que poderia causar certo receio no candidato, pois aparentemente se trata de algo que demandaria conhecimento do processo histórico da região Centro-Oeste do país. Contudo, ela pode ser resolvida por meio de interpretação de texto e de seus conhecimentos prévios! Repare o “breve histórico” destaca que a cidade de Cuiabá foi fundada às margens de um rio, além de ser marcada pela formação de uma “rica cultura de ouro”.

Tendo em conta essas duas informações, vamos às alternativas:

- A alternativa A está incorreta, pois não houve a formação de aldeamentos jesuíticos na região de Cuiabá. Além disso, o texto não aponta que sua ocupação tenha sido iniciada por motivações religiosas.

- A alternativa B está incorreta, pois a exploração dos bandeirantes na região Centro-Oeste antecedeu a assinatura do Tratado de Madri.
- A alternativa C está incorreta, pois não houve um esforço da empresa colonial em promover uma distribuição da terra entre os homens livres da América Portuguesa. Com isso, boa parte das atividades agrícolas desenvolvidas se pautou na grande propriedade (latifúndio).
- A alternativa D está incorreta, afinal as incursões estrangeiras no Brasil eram combatidas pela Coroa portuguesa, que buscava limitar sua participação na exploração das riquezas naturais.
- A alternativa E é a resposta. Mesmo sem saber detalhes sobre a ocupação de Cuiabá, o fato dela ser fundada nas margens de um rio já sugeria a possibilidade de ela ser alcançada pelos bandeirantes a partir de expedições fluviais (monções). Além disso, o texto também relata a formação de uma cultura do ouro na região, o que mostra o desenvolvimento da exploração aurífera.

Gabarito: E

2. (CN/2019)

Leia o texto a seguir.

“Deu no Mercúrio Portuguez. “... e do Brasil virá também o galeão chamado Padre Eterno, que se faz no Rio de Janeiro, e é o mais famoso baixei de guerra que os mares jamais viram”. A gazeta mensal lisboeta trazia a notícia acima fechando a edição de março de 1665. O periódico de Antônio de Souza de Macedo, secretário de estado do Reino de Portugal, se referia ao barco de 53 metros (m), que deslocava 2 mil toneladas (t), com um mastro feito num só tronco de 2,97 m de circunferência na base. O navio começou a ser construído em 1659 a mando do governador da capitania do Rio, Salvador Correia de Sá e Benevides, na Ilha do Governador, em um local conhecido como Ponta do Galeão (onde fica hoje o Aeroporto Internacional Tom Jobim). Militar e político português, dono de engenhos e currais, Sá fez o mais potente galeão que pôde para evitar depender da proteção das frotas do governo ao se aventurar no comércio pelos mares.”

MARCOLIN, Neldson. Por mares sempre navegados. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/11/30/por-mares-sempre-navegados>. Acesso em: OS de abril de 2019.

É correto afirmar que a existência de estaleiros destinados à construção de grandes navios no Brasil do século XVII demonstrava

- A) que o Brasil possuía uma economia dinâmica que superava Portugal e Inglaterra na produção naval.
- B) que a indústria naval apenas servia para transportar o açúcar para a Europa.
- C) que havia outras atividades econômicas na colônia, além da produção e exportação de cana-de-açúcar.
- D) a necessidade de numerosas embarcações para a navegação fluvial no Brasil, como o galeão Padre Eterno.
- E) a existência de colonizadores franceses no Brasil, os únicos capazes de construir grandes navios.

Comentários



- A alternativa A está incorreta, afinal a marinha mercante inglesa era a mais importante no século XVII.
- A alternativa B está incorreta. O texto sugere que o galeão “Padre Eterno” era um baixeiro de guerra, o que evidencia que a indústria naval também era utilizada para a produção de embarcações militares.
- A alternativa C é a resposta. Sendo a própria indústria naval uma atividade econômica, seu desenvolvimento no Brasil sugeria certa diversidade das atividades produtivas no período colonial.
- A alternativa D está incorreta, pois conforme sugere o próprio texto, o galeão era uma embarcação voltada para os mares.
- A alternativa E está incorreta, posto que a produção do navio “Padre Eterno” foi arquitetada pelo próprio governador da capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides.

Gabarito: C

3. (CN/2018)

Observe a charge e responda a questão a seguir.



NOVAIS, Carlos Eduardo; LOBO, César - História do Brasil para principiantes - De Cabral a Cardoso 500 anos de Novela - Editora Ática - São Paulo, 1997, p.130

A charge faz referência a uma determinação instituída na segunda metade do século XVIII que foi:

- A) a outorga das leis restritivas de escravidão no reino, assinadas no ano de 1761 por D. José I, tendo a frente como idealizador das mesmas o Marquês de Pombal.
- B) a criação das Companhias de Comércio do Estado do Grão-Pará e do Maranhão, em 1755, que garantiam o monopólio da Coroa por toda a atividade de comércio no Brasil.
- C) o Alvará de 1785, que foi uma medida criada por D. Maria I, o qual proibia, entre outras atividades, a instalação de manufaturas no Brasil.



D) o estabelecimento do Alvará de 1756 referente a atividade agrícola das Vinhas do Alto Douro instaladas na Capitania do Maranhão e Grão-Pará.

E) o Alvará de 1773 que livrava os ditos “Cristãos-Novos” de origem judaica da ameaça inquisitorial permitindo a instalação de companhias de comércio no Brasil.

Comentários

Interpretar a imagem é fundamental para a resolução da questão. O homem de chapéu se mostra elegantemente trajado, o que sugere ser um homem abastado na colônia. Sendo uma caricatura, representação que se utiliza de traços físicos e estereótipos para esboçar seus personagens, podemos concluir que o personagem de longos bigodes e que faz uso da expressão “ó pá” é um português. Ele recusa a possibilidade de ser instalada uma fábrica no Brasil, fazendo referência ao chamado Alvará de 1785, assinado pela rainha D. Maria I. A alternativa C, portanto, é a resposta.

Quanto às demais alternativas:

- A alternativa A está incorreta, afinal muitas medidas da Era pombalina foram duramente combatidas pelo reinado de D. Maria I.
- A alternativa B está incorreta, pois a Companhia foi criada pelo Marquês de Pombal.
- A alternativa D está incorreta. O Alvará de 1756 criou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, por iniciativa do Marquês de Pombal. Contudo, ele não se aplica às atividades econômicas da América Portuguesa.
- A alternativa E está incorreta, pois o Alvará de 16 de janeiro de 1773 buscava introduzir o trabalho livre no Brasil.

Gabarito: C

4. (CN/2016)

Leia o texto a seguir.

Em 1682, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, com o objetivo de controlar os atritos entre fazendeiros e religiosos na disputa pelo trabalho indígena, mais barato que o africano, e incentivar a produção local... A companhia venderia aos habitantes do Maranhão produtos europeus, como azeite, vinho e tecidos, e deles compraria o que produzissem, como algodão, açúcar, madeira e as drogas do sertão, para comercializar na Europa. Também deveria fornecer à região quinhentos escravos por ano, uma fonte alternativa de mão de obra, diante da resistência jesuítica em permitir a escravidão de nativos. Os preços cobrados pela companhia, entretanto, eram abusivos, e ela não cumpria os acordos, como o fornecimento de escravos.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo - História Geral e do Brasil - Editora Scipione, SP, 2010 - p. 358

O texto acima descreve uma situação que colaborou para o acontecimento de um conflito, no período colonial brasileiro ocorrido na segunda metade do século XVII, que ficou conhecido como

- A) Revolta de Beckman.
- B) Guerra dos Mascates.



- C) Guerra dos Emboabas.
- D) Revolta de Felipe dos Santos.
- E) Revolta de Amador Bueno.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A Revolta de Beckman foi um conflito motivado pela proibição da escravidão indígena no Maranhão e pela ineficácia da Companhia Geral de Comércio do Estado do Maranhão, que não abastecia a região com escravizados africanos e cobrava altos preços pelos produtos vindos da metrópole.
- A alternativa B está incorreta. A Guerra dos Mascates foi um conflito envolvendo senhores de engenho olindenses e comerciantes recifenses após a expulsão dos holandeses do nordeste açucareiro, entre 1710 e 1711. Com a elevação de Recife à condição de vila, os senhores de engenho se rebelaram, dando início ao conflito.
- A alternativa C está incorreta, afinal a Guerra dos Emboabas foi um conflito travado entre paulistas e “forasteiros” pela exploração da região das minas.
- A alternativa D está incorreta. A Revolta de Felipe dos Santos, também conhecida como Revolta de Vila Rica, foi motivada pela criação das Casas de Fundição, em 1720, o que aumentava a fiscalização sobre as atividades econômicas dos habitantes das regiões das minas.

Gabarito: A

5. (CN/2015)

O Brasil integrou-se ao quadro econômico europeu como uma colônia de exploração. Com relação à economia colonial brasileira, é INCORRETO afirmar que

- A) durante o período pombalino, com o objetivo de fortalecer o erário régio, houve um aumento da carga tributária e a consolidação dos monopólios (criação das Companhias Gerais do Comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba).
- B) a pecuária nordestina se caracterizou por ser uma atividade econômica subsidiária à economia açucareira, voltada para o mercado interno, organizada de forma extensiva e que comportou predominantemente a mão de obra escrava.
- C) as "drogas do sertão" se caracterizam pela coleta de recursos florestais da Amazônia, tais como o cacau e o guaraná, organizada pelos jesuítas, tendo como mão de obra predominante a indígena.
- D) o açúcar tornou-se o carro-chefe de nossa economia colonial porque possuía alto valor no mercado externo e viabilizava a ocupação territorial, além de contribuir para a estruturação da classe senhorial.
- E) a mineração provocou um grande aumento demográfico, o aparecimento de vilas e cidades, a articulação de um mercado interno e uma maior diversificação no estrato social e econômico.

Comentários

Questão que demanda conhecimentos sobre a economia no período colonial. Vejamos:



- A alternativa A é correta, a administração pombalina no Brasil está associada ao absolutismo em Portugal. Pombal empreendeu um forte controle administrativo, empreendeu reformas como criação das companhias de monopólio do comércio e expulsou os jesuítas do Império
- A alternativa B é incorreta. A pecuária instituiu relações de trabalho alheias ao uso da mão-de-obra escrava, de maneira que o trabalho era realizado por trabalhadores livres, principalmente, de origem branca.
- A alternativa C é correta. Nos séculos XVI e XVII as especiarias localizadas na região amazônica se transformaram em substituto das especiarias da Índia, a extração e coleta desses produtos, conhecidos como “drogas do sertão”. As missões jesuíticas também fizeram parte desse lucrativo comércio ao se utilizar da mão-de-obra indígena para sua extração.
- A alternativa D é correta, a economia açucareira produziu todo um complexo econômico no nordeste do Brasil, que envolvia muitas fases e recursos, desde a colheita da cana até a produção do açúcar nos engenhos. Produziu-se também todo um complexo social, dos escravizados até os grandes senhores de engenho. Foi o carro-chefe da economia colonial até a descoberta do ouro das Minas.
- A alternativa E é correta, a descoberta do ouro nas Minas no final do século XVII, provocou uma onda emigratória para a região de todas as capitanias da colônia, processo que levou a formação de arraiais, vilas e cidades e ocasionou ondas de fome do século XVIII. A exploração das Minas significou a mudança do eixo econômico e geográfico da colônia, ligando o interior as capitanias do litoral, principalmente, o Rio de Janeiro. Bem como na região se desenvolveu uma camada social diversificada.

Gabarito: B

6. (CN/2014)

A União Ibérica foi um importante estímulo à expansão territorial portuguesa sobre o território que legalmente pertencia à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas. Com isso, aconteceram vários conflitos entre os dois países e foram necessários alguns tratados de limites para que as novas fronteiras se definissem. Sobre os tratados de limites que definiram o território brasileiro, pode-se

- a) o Tratado de Lisboa foi assinado entre Portugal e Espanha e restabeleceu os limites territoriais existentes à época do Tratado de Tordesilhas.
- b) o Tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha, usando o princípio da restauração, restabeleceu as fronteiras existentes antes da União Ibérica.
- c) com o Tratado de Santo Ildefonso, Portugal recebeu o domínio dos Sete Povos das Missões, o que provocou a chamada Guerra Guaranítica.
- d) o Tratado de Methuen, assinado entre Portugal e Inglaterra, definiu as fronteiras ao norte do Brasil, e a Guiana ficou sob domínio inglês.
- e) o Tratado de Badajós foi o último a ser assinado e praticamente definiu os limites territoriais brasileiros. A única alteração, desde aquela época, foi a anexação do Acre.



Comentários

Questão que exige conhecimentos sobre os tratados assinados entre Portugal e Espanha. Vejamos:

- A alternativa A é incorreta, o Tratado de Lisboa (1681) tratou da devolução da colônia do sacramento, ocupada pelos espanhóis.
- A alternativa B é incorreta, o Tratado de Madri (1750) tinha como objetivo colocar fim as disputas entre os Estados ibéricos com a redefinição dos limites territoriais, funcionando a partir de novas delimitações, substituindo o Tratado de Tordesilhas, desrespeitado tanto por Portugal como Espanha.
- A alternativa C é incorreta, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) tinha como objetivo encerrar as disputas pela posse da colônia do Sacramento, com o tratado os espanhóis mantiveram os Sete povos das Missões e em troca foi reconhecida a soberania portuguesa na região do Prata.
- A alternativa D é incorreta, também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos (1703), garantia a isenção de impostos para os panos ingleses que chegassem, e a redução para os vinhos portugueses que chegassem a Inglaterra.
- A alternativa E é correta, O Tratado de Badajoz foi assinado em 1801 entre Portugal e Espanha, colocava fim à Guerra entre portugueses e espanhóis. Com esse tratado a região de Sacramento continuaria sob domínio espanhol e Portugal teria o domínio sobre os Sete Povos das Missões, estabelecendo os limites territoriais do Brasil.

Gabarito: E

7. (CN/2007)

O apresamento de indígenas e a constante procura de riquezas colaboraram, entre outros fatores, para com o expansionismo territorial brasileiro o qual, a partir da segunda metade do século XVIII, já se encontrava com uma dimensão que pouco diferenciava da configuração geográfica atual, sendo esta respectiva formação geográfica fixada a partir de Tratados como o de Madri que

(A) entre outros aspectos, anulou o Tratado de Utrecht consolidando a ocupação efetiva do atual oeste sul-riograndense, estabelecendo as fronteiras a partir das margens do Rio Uruguai distendidas após o rompimento da linha de Tordesilhas.

(B) entregou a colônia do Sacramento aos espanhóis e ficou definitivamente detentora da parte Centro-Oeste, Sul e Norte do Brasil.

(C) anulou o Tratado de Santo Ildefonso consolidando a ocupação efetiva do atual oeste sul-riograndense estabelecendo definitivamente os limites entre os impérios coloniais ibéricos distendidos após o rompimento do Tratado de Tordesilhas.

(D) consolidou o Tratado de Badajós estabelecendo as fronteiras entre portugueses e espanhóis, a partir das margens do rio Paraguai e do rio Uruguai.



(E) previa, entre outros aspectos, que a colônia do Sacramento pertenceria aos espanhóis e a região dos Sete Povos das Missões, que ocupava parte do atual estado do Rio Grande do Sul, pertenceria aos portugueses.

Comentários

Questão que demanda conhecimentos sobre os tratados entre Portugal e Espanha. Vejamos:

- A alternativa A é incorreta, o Tratado de Madri (1750) anulava o Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Santo Ildefonso só foi assinado em 1777.
- A alternativa B é incorreta, Portugal ficou somente com o território dos Sete Povos das Missões no Sul.
- A alternativa C é incorreta, afinal o Tratado de Madri anulou o Tratado de Tordesilhas (1494).
- A alternativa D é incorreta, o Tratado de Badajoz somente foi assinado em 1801.
- A alternativa E é correta, o Tratado de Madri colocava fim ao Tratado de Tordesilhas e estipulava novas delimitações territoriais para Portugal e Espanha. Previa a manutenção da colônia de Sacramento pelos espanhóis e a posse de Sete Povos das Missões pelos portugueses.

Gabarito: E

8. (CN/2007) - Adaptada

Correlacione os Movimentos Nativistas às suas características e assinale, a seguir, a opção que apresenta a sequência correta.

MOVIMENTOS

- I - Revolta de Beckman
- II - Guerra dos Emboabas
- III- Guerra dos Mascates
- IV - Revolta de Felipe dos Santos

CARACTERÍSTICAS

(II) O fato mais marcante deste movimento ocorreu no chamado Capão da Traição, no qual paulistas foram cercados e massacrados, mesmo após terem se rendido.

(III) A emancipação de Recife, em 1709, obtida devido à pressão dos comerciantes portugueses e que lhes dava estatuto de vila independente deu início a este movimento.

(I) O movimento está ligado à atuação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão que, por usufruir de exclusividade comercial, mantinha atividades de comércio que descontentavam os colonos.

(IV) Entre os resultados deste movimento, encontra-se a separação de Minas Gerais da Capitania de São Paulo e a manutenção do funcionamento regular das Casas de Fundição.

- (A) II, III, IV e I
- (B) II, IV, I e III
- (C) I, IV, III e II



(D) II, III, I e IV

(E) I, IV, III e II

Comentários

Questão que demanda conhecimento sobre as revoltas na América Portuguesa. Vejamos:

- A primeira afirmativa se refere a Guerra dos Emboabas, II. A Guerra dos Emboabas foi um confronto travado entre 1707 e 1709 pelo direito de exploração das jazidas recém descobertas na região das Minas. Opunha paulistas e portugueses, os “emboabas”. O episódio em questão se refere ao massacre de paulistas em uma emboscada.
- A segunda afirmativa se refere a Guerra dos Mascates, III. Foi um conflito ocorrido em Pernambuco, que opunha os senhores de engenho de Olinda e comerciantes de Recife, os “mascates”. A emancipação do Recife em 1709, provocou o descontentamento dos latifundiários de Olinda, temendo que suas dívidas fossem cobradas pelos portugueses, fato que levou a eclosão do conflito.
- A terceira afirmativa se refere a Revolta de Beckman, I. Ocorrida na região amazônica em 1684, a revolta foi realizada por comerciantes contra o monopólio exercido pela Companhia de comércio do Grão-Pará.
- A quarta afirmativa se refere a Revolta de Felipe do Santos, IV. A Revolta ocorreu na região da Minas no ciclo do Ouro, e tinha como causa principal a criação das casas de fundição proibindo a circulação do ouro em pó. Como resultado da revolta o líder Felipe dos Santos foi executado, sendo declarada a emancipação da Capitania das Minas de São Paulo.

Gabarito: D

9. (CN/2006)

Sobre a Conjuração Baiana, ocorrida em 1798, é correto afirmar que

- (A) embora tenha havido a participação de alguns membros da elite latifundiária e escravista, o movimento teve caráter acentuadamente popular.
- (B) foi de caráter elitista pelo fato de defender a separação política da Colônia em relação à Metrópole sem buscar alterar a estrutura latifundiária escravista.
- (C) inspirada nos ideais do Iluminismo, defendia a instauração de um regime republicano baseado no controle do Estado sobre a economia, mantendo, com isso, o regime escravista.
- (D) embora tenha tido a participação de membros das massas populares, como mulatos, soldados e artesãos, o movimento foi decididamente elitista.
- (E) não se diferenciou em nada da Inconfidência Mineira pelo fato de ambos os movimentos defenderem, incondicionalmente, a separação da colônia em relação a Portugal.

Comentários

- A alternativa A é a resposta, pois a Conjuração Baiana foi movimento era formado principalmente por Alfaiates, sapateiros, soldados e ex-escravos.
- A alternativa B é incorreta, a conjuração baiana não foi um movimento elitista, possuía caráter eminentemente popular.



- A alternativa C é incorreta, pois um dos ideais do movimento era a abolição da escravatura.
- A alternativa D é incorreta, a conjuração baiana foi uma revolta separatista de caráter popular.
- A alternativa E está incorreta, pois tanto a conjuração baiana como a mineira propunham a separação de Portugal e a construção de um governo republicano.

Gabarito: A

10. (CN/2005)

Ministro do rei D. José I, Sebastião Carvalho e Melo, o marquês de pombal tomou diversas medidas em relação à colônia portuguesa na América. Entre essas medidas estão: a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, a busca por extinguir a escravidão indígena e o estímulo à criação de companhias de comércio, como a do estado do Grão-Pará e Maranhão (1755 - 1778).

Assinale a opção que apresenta as finalidades pretendidas por essas medidas.

- a) Dar maior autonomia para as regiões coloniais para que elas pudessem produzir mais e gerar mais riquezas para Portugal.
- b) Exaltar os valores do despotismo esclarecido que se mostrava sensível às necessidades dos súditos portugueses.
- c) Saldar as dívidas da Corte Lusitana com os credores franceses e Flamengos que ameaçavam tomar as alfândegas coloniais como pagamento da dívida.
- d) Equilibrar o saldo da balança comercial portuguesa que se encontrava deficitária e dar maior eficiência administrativa ao reino.
- e) Desenvolver a economia do reino com o objetivo de reunir recursos para retornar a rota das índias.

Comentários

Questão que exige conhecimentos sobre o período pombalino. Vejamos:

- A alternativa A é incorreta, a administração de Pombal era associada ao absolutismo em Portugal. As medidas tomadas visavam diminuir a autonomia colonial e centralizar o poder. A instalação das Companhias de Comércio visava adquirir o monopólio para a Coroa e a expulsão dos jesuítas tinha como pressuposto acabar com a forte influência da Companhia de Jesus no Brasil.
- A alternativa B é incorreta, pois o despotismo esclarecido não consistia em atender queixas dos súditos, mas racionalizar o aparato de dominação colonial.
- A alternativa C é incorreta, as medidas tomadas pela administração pombalina possuíam um caráter reformista, de otimização das colônias portuguesas, não foram realizadas para o pagamento de dívidas. Estavam ligadas ao absolutismo e o mercantilismo.
- A alternativa D é correta, essas medidas tinham como objetivo o lucro da coroa de Portugal, e assim gerar uma balança comercial favorável, um dos pressupostos do mercantilismo.
- A alternativa E é incorreta, já que na América Portuguesa se vivia o ciclo do Ouro das Minas.



Gabarito: D

11. (CN/2004)

A descoberta das jazidas e o início da extração aurífera no Brasil impunham a Portugal a necessidade de uma administração mais rígida, compatível com os interesses da Coroa. Uma administração que assegurasse os privilégios da metrópole, facilitasse a política fiscal e impusesse absoluto controle sobre tudo o que dissesse respeito à mineração. Para atingir tais objetivos seria necessário a criação de uma carga tributária. Sobre a tributação na região mineradora pode-se afirmar que

(A) a criação das Casas de fundição tinha o objetivo principal de facilitar o transporte do ouro em toda a colônia.

(B) o Quinto, juntamente com a Finta e a Capitação eram, impostos cobrados apenas aos mineradores que extraíam anualmente 100 arrobas de ouro.

(C) a instalação de postos fiscais ou centros de inspeção com a finalidade de fiscalizar se havia sido feito o pagamento do quinto acabou com o contrabando de ouro na região.

(D) a partir de 1750, o governo português instituiu dois impostos, o Quinto e a capitação, com o objetivo de uma maior arrecadação.

(E) a capitação era um imposto, extremamente amplo, exigia do minerador o pagamento de uma taxa sobre cada um de seus escravos. Esse mesmo imposto incidia sobre fiscoadores, donos de hospedaria, oficinas e lojas.

Comentários

Questão sobre a mineração no século XVIII. Vejamos:

- A alternativa A é incorreta, as Casas de Fundição funcionavam como locais onde eram cobrados os tributos sobre a mineração.
- A alternativa B é incorreta, somente o imposto da Finta que exigia 100 arrobas por anos.
- A alternativa C é incorreta, mesmo com as medidas que visavam evitar o extravio o ouro, o contrabando continuou sendo uma prática até o final da mineração.
- A alternativa D é incorreta, o Quinto era um imposto português que já existia antes da descoberta do Ouro das Minas, desde o início das Capitânicas Hereditárias.
- A alternativa E é correta, os impostos da capitação eram cobrados a partir do conjunto de bens que determinado indivíduo possuía, se referia principalmente aos escravizados. Negros forros e trabalhadores também estavam obrigados a pagar.

Gabarito: E

12. (CN/2004)

As revoltas coloniais ocorridas na Segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII tiveram caráter exclusivamente local. Foram reações isoladas, regionais, que questionavam pontos específicos da exploração que a colônia vinha sofrendo. Como foram movimentos em defesa dos interesses de determinados grupos, essas revoltas não contestaram o sistema



colonial como um todo, nem pretenderam a libertação da colônia e sua transformação em nação independente. Sobre essas revoltas é correto afirmar que

a) o problema essencial para os senhores de Pernambuco era a necessidade de utilização de mão-de-obra indígena na lavoura e na coleta das drogas do sertão. As dificuldades para utilizar a mão-de-obra indígena foi uma das causas da Guerra dos Mascates em 1709.

b) a descoberta das minas provocou um intenso fluxo migratório interno e externo para Minas Gerais, o que levou os mineradores paulistas que habitavam a região onde haviam descoberto ouro, a um confronto com os "forasteiros". Esses conflitos ficaram conhecidos como Revolta da Vila Rica de 1721.

c) para resolver o problema da mão-de-obra no Maranhão, a Coroa criou a Cia. Geral de Comércio do Maranhão. A solução mostrou-se pior que o problema, pois a Companhia não cumpriu as obrigações que possuía com os colonos além de agir de forma corrupta, dando origem ao conflito que ficou conhecido como Revolta de Beckman, ocorrido em 1684.

d) a constante invasão da Capitania de São Vicente por estrangeiros com a finalidade em extrair e contrabandear o pau-brasil, levou os colonos dessa capitania a se revoltar contra a falta de segurança. Tal conflito ficou conhecido como Aclamação de Amador Bueno, ocorrido em 1641.

e) a briga entre Recife e Olinda pelo controle político da capitania de Pernambuco gerou uma série de incidentes que ficaram conhecidos como Revolta de Filipe dos Santos em 1720, que questionava, entre outros aspectos a elevação dos impostos sobre a exploração do açúcar e o inflacionamento do preço dos escravos.

Comentários

Questão que exige conhecimentos sobre as revoltas coloniais. Vejamos:

- A Alternativa A é incorreta, a Guerra dos Mascates se refere ao conflito entre os comerciantes de Recife e os latifundiários de Olinda.
- A alternativa B é incorreta, pois o conflito entre paulistas e "forasteiros" no contexto da descoberta do ouro, ficou conhecido como "Guerra dos Emboabas", ocorrida entre 1707 e 1709.
- A alternativa C é correta, a Revolta de Beckman que teve como principal causa o descontentamento dos comerciantes locais com a atuação da Companhia do Comércio do Maranhão.
- A alternativa D é incorreta, o conflito conhecido como "Aclamação de Amador Bueno" se deu devido a disputas entre paulistas e jesuítas acerca do apresamento de índios.
- A alternativa E é incorreta, o conflito entre Recife e Olinda ficou conhecido como "Guerra dos Mascates".

Gabarito: C

13. (CN/2004)

"O Brasil é um Dom do açúcar". Essa frase é atribuída a Antonil, um jesuíta toscano, que visitou as terras brasileiras no século XVI. Sua impressão não poderia ser outra: a metrópole



portuguesa parecia disposta a transformar o Brasil num imenso canavial. A produção açucareira tornava-se o objetivo principal da coroa portuguesa, pois o pacto colonial estruturava as relações entre a colônia e a metrópole de maneira a canalizar todo o lucro do açúcar para Portugal. Foram vários os motivos que levaram Portugal a investir no açúcar.

Assinale a opção que NÃO representa um desses motivos

- a) Os portugueses tinham experiência anterior, com a expansão marítima e comercial, pois, durante este processo, povoaram algumas ilhas do Atlântico com Madeira, Açores e Cabo Verde, onde iniciaram a cultura da cana.
- b) As condições naturais da colônia eram propícias. O litoral nordestino brasileiro possuía clima quente e úmido, além do solo massapê, ambos muito propícios ao plantio da cana-de-açúcar.
- c) Havia procura no mercado europeu. A colonização só interessaria à coroa portuguesa se baseada num produto de ampla aceitação no mercado consumidor europeu. O açúcar preenchia esse requisito.
- d) Dada a rentabilidade da empresa açucareira havia a possibilidade de investimentos de capitais holandeses para refino, distribuição, importação de mão-de-obra escrava.
- e) Exigência da Inglaterra para que Portugal explorasse a cana-de-açúcar no Brasil, pois com a produção sendo feita em colônias portuguesas, os ingleses garantiriam sua compra por preços mais baixos.

Comentários

Questão sobre o complexo açucareiro. Vejamos:

- A alternativa A é correta, a expansão marítima portuguesa teve em suas possessões nas ilhas do Atlântico um ponto estratégico para a implantação de sistema de exploração comercial, o açúcar.
- A alternativa B é correta, o massapê é um solo muito fértil excelente para a produção agrícola, e se encontra em abundância na região do nordeste, principalmente em Pernambuco. Tendo sido muito importante para a implantação da economia do açúcar.
- A alternativa C é correta, a produção colonial, principalmente, do açúcar era voltada para o mercado externo. No contexto de exploração marítima e da busca por especiarias, o açúcar era um produto bastante requisitado no mercado europeu.
- A alternativa D é correta, os holandeses desempenharam um papel importante na consolidação da economia açucareira. Investiam capital no negócio e funcionavam como atravessadores e intermediários no processo.
- A alternativa E é incorreta, pois a implantação da economia do açúcar no Brasil se baseou nas experiências portuguesas em suas colônias nas ilhas atlânticas.

Gabarito: E



14. (CN/2004)

Foi por meio do "Regimento de 1548", que se instalou e se regulamentou um novo sistema político na colônia portuguesa: o Governo Geral. Em que contexto se inseriu a criação do Governo Geral, no Brasil?

- a) Na tentativa de centralizar o poder e a administração pública, no fracasso econômico do sistema de capitanias hereditárias, na vulnerabilidade do Brasil às investidas estrangeiras e na inviabilidade de se promover a colonização com recursos particulares.
- b) Na grande expansão econômica e comercial que Portugal estava passando, devido à intensificação do comércio com o oriente, especialmente com a Índia, o que permitiu uma acumulação de capital por parte da coroa portuguesa para investir no Brasil.
- c) Na extinção das capitanias hereditárias devido ao insucesso a que elas se submeteram, precisando assim a coroa portuguesa criar uma nova forma de administração para a colônia.
- d) No equilíbrio da Balança comercial portuguesa, devido à extração do ouro na região de Minas Gerais, o que permitiu acumular capital suficiente para investir na estrutura da administração colonial.
- e) Na intenção da coroa portuguesa em se desfazer do monopólio real sobre a extração do pau-brasil, dando a incumbência ao Governador-Geral de transferir a comercialização desse produto para as mãos das companhias comerciais.

Comentários

Questão sobre o Governo Geral no Brasil. Vejamos:

- A alternativa A é correta, a instalação do governo geral representou uma política-administrativa que visava centralizar, restabelecer, proteger e fortalecer a colonização na América Portuguesa.
- A alternativa B é incorreta, a adoção do governo geral foi uma medida de afirmação da presença da Coroa na colônia.
- A alternativa C é incorreta, o governo geral não significou o fim das capitanias, os dois sistemas funcionaram concomitantemente.
- A alternativa D é incorreta, a instalação do governo geral se deu em 1548, as descobertas das jazidas auríferas ocorreram no final do século XVII.
- A alternativa E é incorreta, o Pau-Brasil se refere aos anos iniciais da colonização, foi a principal atividade econômica até 1530. No período do governo geral, o açúcar começava a despontar na economia colonial.

Gabarito: A

15. (CN/2004)

Os trinta anos que vão da chegada de Cabral à de Martin Afonso de Sousa, 1500-1530 no Brasil, é denominado período pré-colonial. Qual das opções abaixo, apresenta características desse período?



- (A) De 1500 a 1530 a economia brasileira gravitou em torno da extração de especiarias conhecidas como "Drogas do Sertão". Os indígenas traziam para as feitorias no litoral e faziam o escambo com portugueses dessas "especiarias brasileiras".
- (B) A carta de Pero Vaz de Caminha aguçou a cobiça dos portugueses pela riqueza. O que propiciou uma imediata ocupação do território colonial brasileiro com o objetivo de explorar as riquezas, aqui, existentes.
- (C) Durante esse período o Brasil não sofreu invasões de outras nações, pois Portugal organizou várias expedições guarda-costas, como as de Cristóvão Jacques, o que inibiu a tentativa de invasão por parte dessas nações.
- (D) A economia pré-colonial centrou-se no pau-brasil. A extração do pau-brasil foi declarada estanco, onde o primeiro arrendatário foi Fernão de Noronha.
- (E) O ciclo do pau-brasil foi utilizado para colonizar a terra, principalmente no nordeste, o que permitiu o início da exploração agrícola pelos portugueses fixando o colono à terra.

Comentários

Questão que demanda conhecimentos sobre o período chamado de "Pré-colonial". Vejamos:

- A alternativa A é incorreta, de 1500 a 1530, a principal atividade econômica foi a extração do pau-Brasil.
- A alternativa B é incorreta, somente a partir de 1530, com as capitanias hereditárias, se começaria de fato a ocupação do território.
- A alternativa C é incorreta, durante o período pré-colonial, as regiões litorâneas foram atacadas, principalmente, por corsários franceses.
- A alternativa D é correta, entre 1500-1530 a principal atividade econômica foi a extração de pau-Brasil, sendo Fernão de Noronha seu principal explorador.

A alternativa E é incorreta, o pau-brasil se refere ao período pré-colonial.

Gabarito: D

16. (CN/2004)

Assinale as afirmativas abaixo, em relação aos Tratados assinados entre Portugal e Espanha sobre as terras do "novo mundo" encontradas durante a expansão marítima.

I - A descoberta dessas novas terras gerou polêmica entre Portugal e Espanha quanto à sua posse, cabendo ao Papa Bonifácio IV desempenhar o papel de árbitro internacional.

II - Em 1491, foi proclamada a Bula Intercoetera, segundo a qual seria traçada uma linha imaginária, a partir da Ilha da Madeira, 100 léguas em direção ao Ocidente.

III- Em 1494, celebrou-se o Tratado de Tordesilhas, que determinava a distância para 370 léguas a partir do Arquipélago de Cabo Verde.

IV - O Tratado de Tordesilhas demarcou os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão marítima e comercial.

V - A consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e a formação do exército nacional foram estimulados pelo Tratado de Tordesilhas.



Assinale a opção correta.

- (A) As afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- (B) As afirmativas II e V são verdadeiras.
- (C) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa V é verdadeira.

Comentários

Questão que demanda conhecimentos sobre os tratados entre Portugal e Espanha. Vejamos:

- A afirmativa I é incorreta, Bonifácio IV foi um papa da Igreja Católica.
- A afirmativa II é incorreta, a Bula Intercoetera estipulava a divisão a partir de um meridiano situada a 100 léguas a oeste do arquipélago do Cabo Verde.
- A afirmativa III é correta, o Tratado adotava como linha demarcação o meridiano a 370 léguas a oeste da Ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde.
- A afirmativa IV é correta, o Tratado se inseria no contexto de expansão marítimas dos Estados ibéricos, e estabelecia um acordo sobre as terras descobertas e as por descobrir.
- A afirmativa V é incorreta, afinal a ratificação do acordo não se relaciona com a formação do Exército nacional luso.

Gabarito: C

17. (CN/2006)

No que se refere a Duarte da Costa, o segundo governador geral do Brasil, pode-se citar, entre as características do seu governo,

- a) a expulsão dos franceses e, conseqüentemente, a fundação da cidade do Rio de Janeiro.
- b) o apaziguamento da chamada Confederação dos Tamoios, utilizando-se da ajuda dos Jesuítas, entre eles José de Anchieta.
- c) a inabilidade em se relacionar com membros da igreja e a incapacidade de impedir a invasão francesa no Rio de Janeiro.
- d) o incentivo à agricultura e à pecuária por meio de vultosos empréstimos aos senhores de engenho.
- e) o estímulo à vinda de jesuítas com a finalidade de intensificar o processo de catequese sobre as comunidades indígenas.

Comentários

Questão que demanda conhecimentos sobre o governo geral no Brasil. Vejamos:

- A alternativa A é incorreta, a fundação da cidade do Rio de Janeiro e a expulsão dos franceses foram realizadas no governo geral de Mem de Sá.



- A alternativa B é incorreta, o apaziguamento da Confederação dos Tamoios ocorreu somente em 1558, após o governo de Duarte Costa.
- A alternativa C está incorreta, pois a expedição de Duarte da Costa incentivou a vinda de jesuítas para a Colônia
- A alternativa D é incorreta, o governo geral de Duarte da Costa foi marcado por conflitos com indígenas e pela invasão francesa.
- A alternativa E é a resposta, pois a expedição de Duarte da Costa trouxe consigo jesuítas, com o intuito de reforçar a atividade catequética.

Gabarito: E

11.2. EsFCEX – QUESTÕES DESAFIADORAS

1. (EsFCEX – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

Durante o período colonial brasileiro, as atividades econômicas que mais se destacaram foram a agromanufatura açucareira e a mineração. A respeito dessas atividades, assinale a afirmativa correta.

- A) Na zona açucareira, os escravos urbanos gozavam de maior liberdade do que na zona mineira, uma vez que podiam ser artesãos, vendedores, carregadores, escravos do ganho ou escravos de aluguel para tarefas diversas, atividades incompatíveis com as da mineração.
- B) A procura pela mão de obra negra africana nos engenhos contradiz a tese que afirma ser o tráfico negreiro o gerador da escravidão de africanos, ou seja, que a oferta teria precedido a procura.
- C) Com a expansão da mineração, deu-se, nesse período, uma drástica redução da escravidão negra na região Sudeste, uma vez que se passou a empregar, nessa área, exclusivamente, o trabalho de mineiros livres, ou seja, de imigrantes portugueses.
- D) Um dos efeitos da mineração foi o surgimento de uma larga rede urbana nas zonas das minas e o crescimento do tamanho e de importância de São Salvador, porto de abastecimento das minas, de saída do ouro e capital colonial, até a chegada da Corte portuguesa, em 1808.
- E) No século XVII, o Sudeste do Brasil se transformou em região típica de plantations açucareiras, que se assentavam, sobretudo, no trabalho de escravos africanos comprados aos holandeses que dominavam a região Nordeste.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal na sociedade açucareira a vida social se concentrava no interior dos engenhos, prevalecendo os escravos de eito e os escravos domésticos. Os escravos de ganho foram predominantes principalmente nos centros urbanos formados nas áreas de exploração de minas.
- A alternativa B é a afirmativa correta, pois a escravidão na África antecedeu a chegada dos portugueses no litoral do continente. Contudo, não se pode esquecer que ela possuía significados distintos daqueles inaugurados pelos lusos na Era Moderna.



- A alternativa C está incorreta, pois a atividade mineradora demandou o aumento por escravos na Colônia, sendo inclusive obtidos de outras regiões da América Portuguesa.
- A alternativa D está incorreta, pois a atividade mineradora estimulou o crescimento do Rio de Janeiro como região de escoamento e chegada de mercadorias, o que culminou na transferência da capital de Salvador para a região, em 1763.
- A alternativa E está incorreta, afinal o sistema de plantation prevaleceu principalmente na região Nordeste, sendo utilizado para a produção do açúcar.

Gabarito: B

2. (EsFCEEx – Exército Brasileiro – CFO/QC / 2019)

As críticas feitas na Europa pelo pensamento ilustrado ao absolutismo assumiram no Brasil o sentido de críticas ao sistema colonial. No Brasil, Ilustração foi, antes de mais nada, anticolonialismo.

(COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 26).

O texto acima faz alusão aos movimentos anticoloniais de fins do século XIX.

A respeito do contexto histórico daquele período, analise as afirmativas a seguir:

- Criticar a realeza e o poder absoluto dos reis significava lutar pela emancipação dos laços coloniais.
- Os estudantes que viajavam para o exterior, completando seus estudos em Portugal ou na França, voltavam imbuídos das novas ideias e se tornavam seus principais propagandistas.
- Nem as prisões, nem os exílios, nem os enforcamentos foram capazes de deter a marcha do processo. Em vão a censura intentava impedir a divulgação das ideias nocivas à ordem vigente.
- A Inconfidência Mineira, que tinha propostas igualitárias, contava com a possibilidade de um levante de escravos, já que o número de homens pretos, livres e escravos superava em muito o dos brancos; por isso, contava com a composição de um exército popular.
- Os líderes da Conjuração Baiana, membros das elites agrárias, não permitiram que setores populares se integrassem ao movimento, limitando seus ideais aos aspectos emancipacionistas.

Assinale

- se apenas as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.
- se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

Comentários



- A afirmativa I está correta, pois conforme vimos em nossa aula, os movimentos emancipacionistas foram fortemente influenciados pelas ideias ilustradas, o que os fez almejar um projeto de República independente de Portugal.
- A afirmativa II está correta. A conjuração mineira foi uma conspiração organizada por homens ilustrados da Colônia, muitos deles com formação em Coimbra e consumidores da literatura iluminista.
- A afirmativa III está correta. Embora as conjurações mineira e baiana tenham sido fortemente repelidas pela Coroa, isso não impediu a continuação da crise do Império Português, que culminou na independência do Brasil, em 1822.
- A afirmativa IV está incorreta, pois a Inconfidência Mineira não se colocou favorável ao fim da escravidão, afinal muitos de seus membros se utilizavam deste sistema de trabalho em suas atividades econômicas.
- A afirmativa V está incorreta, afinal a Conjuração Baiana foi um movimento protagonizado pelas camadas populares da população de Salvador.

Gabarito: E

3. (EsFCEEx – Exército Brasileiro – Oficial/Administração/2018)

Sobre o exclusivismo comercial português que envolveu a Coroa e o controle da Minas no período colonial brasileiro, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a resposta correta.

I. Com a extração de ouro e diamantes no Brasil, a Coroa portuguesa intensificou a intervenção regulamentadora para arrecadar mais impostos.

II. O quinto e a capitação foram os dois sistemas básicos de impostos cobrados pela Coroa na atividade mineradora da Colônia, sendo a capitação cobrada também sobre estabelecimentos, exemplo de oficinas, lojas e hospedarias.

III. A Guerra do Emboabas (1708-1709), ocorrida na região das Minas foi uma reação de paulistas e estrangeiros aos impostos cobrados pela Coroa para adentrar na região.

IV. Os religiosos, a exemplo dos frades, foram os únicos que ficaram isentos da proibição de entrar na região da Minas sem autorização da Coroa portuguesa.

- a) Somente I e III estão corretas.
- b) Somente II e III estão corretas.
- c) Somente I e II estão corretas.
- d) Somente II e IV estão corretas.
- e) Somente III e IV estão corretas.

Comentários

- A afirmativa I está correta, pois para evitar o descaminho das riquezas minerais encontradas na Colônia, a Coroa criou diversos órgãos e cargos na região das Minas, como a figura do Intendente, e do guarda-mor, as Casas de Fundição e impostos como o quinto e a capitação.



- A afirmativa II está correta, afinal a capitação também incidia para outras atividades econômicas exercidas na região das minas, como hospedaria, comércio e transporte.
- A afirmativa III está incorreta, pois a Guerra dos Emboabas foi uma disputa travada entre paulistas e “forasteiros” pelo domínio das jazidas encontradas a partir do final do século XVII.
- A afirmativa IV está incorreta, uma vez que a Coroa proibiu a existência de ordens religiosas atuantes na região das Minas, o que fomentou a formação de irmandades leigas.

Estando corretas as afirmativas I e II, a alternativa C é a resposta.

Gabarito: C

12. Considerações finais

Enfim terminamos nossos estudos sobre o período colonial! Você deve ter reparado que ele é extremamente recorrente nas provas do Colégio Naval, então esperamos que você tenha se atentado os principais pontos do módulo! Veja novamente:

- Atividades econômicas do período colonial
- Expansão territorial
- A mineração
- Tratados e limites
- As Revoltas Coloniais e a crise do sistema colonial

Bom, se todos os tópicos listados estiverem tranquilos, nosso objetivo foi cumprido! Agora, se pintou aquela dúvida, volte às nossas aulas, e reveja o conteúdo. Persistindo os sintomas, me procure no **Fórum de Dúvidas**! Estaremos à disposição para ajudá-lo!

Abraços,
Prof. Marco Túlio



13. Referências

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil no contexto da história ocidental: ensino médio*. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2003.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FREI VICENTE DO SALVADOR. História do Brasil, livro primeiro. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/2011/historia/4viente_salvador.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINAFO, Célio Ricardo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Harbra, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

